

Termo de Referência 24/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2023	393001-AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	VICTOR HUGO GOUVEIA DE LUCENA LIMA	01/12/2023 16:57 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	90037/2023	50500.044996/2023-05

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação empresa especializada para Fornecimento de subscrições de Software Livre incluindo atualização de versões e serviços em plataforma de software livre incluindo seus componentes, e apoio técnico especializado para as plataformas de software livre da ANTT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste **TERMO DE REFERÊNCIA** e seus **APÊNDICES**.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD.	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					PMC-TIC			
1	1	Licenças de S.O. Linux para host com multiplos tenants - Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenter, Standard.	27502	Subscrição	RH00002F3	26	R\$ 18.454,28	R\$ 479.821,42
	2	Subscrições de licenças para orquestração de contêiners – Red Hat Openshift Platform, Premium (2 cores).	27502	Subscrição	MCT 2735	16	R\$ 23.793,28	R\$ 380.692,48
	3	Subscrições de licenças para automatização de infraestrutura e contêiners – Red Hat Ansible, standard (100 nó gerenciaveis).	27502	Subscrição	MCT3691	3	R\$ 77.328,16	R\$ 231.984,48

4	Serviço de Suporte Mensal Proativo.	27332	Mensal	N/A	36	R\$ 12.500,00	R\$ 450.000,00
5	Serviço de consultoria especializada para migrações e e integrações - sob demanda.	27332	UST	N/A	2000	R\$ 450,00	R\$ 900.000,00
VALOR TOTAL GLOBAL R\$							R\$ 2.442.498,38

1.2. Os serviços desta contratação são de natureza comum, nos termos do Inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019, pautando-se na premissa que a contratação se baseia em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no TERMO DE REFERÊNCIA e seus APÊNDICES (SEI nº 18756650), por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme preconizado nos art. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado, pela sua essencialidade, visando atender às necessidades de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, bem como assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da ANTT, de modo que sua interrupção comprometerá a prestação do serviço público da Agência e pelo fato de eventual paralisação das atividades contratadas implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração e no cumprimento de sua missão institucional, conforme art. 15, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

1.5. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal da ANTT, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, compreendendo serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação, conforme estabelecido pelo inciso XXIII, art. 1º, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, os quais são preferencialmente objeto de execução indireta, sendo essenciais para o atendimento das necessidades negociais da ANTT.

1.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.7. Os serviços objeto desta contratação contempla itens do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do SISP, previsto na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. Contratação de subscrição para fornecimento de subscrições de Software Livre incluindo atualização de versões e serviços em plataforma de software, incluindo seus componentes, e apoio técnico especializado.

2.2. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada no APÊNDICE “A”, (SEI nº 18540610), deste TERMO DE REFERÊNCIA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a operacionalização das políticas públicas de sua responsabilidade, cuja abrangência tem aumentado significativamente, a ANTT tem a necessidade de garantir o perfeito funcionamento da infraestrutura computacional, bem como efetuar a gestão de suporte à utilização dos recursos informacionais e dos sistemas aplicativos e ainda orientar, avaliar e, eventualmente, corrigir suas estratégias e políticas de informática, sempre que necessário, seja por exigência de nova legislação, seja por via de novas tecnologias que possam exigir alteração nesta infraestrutura computacional. Isso se torna mais importante quando se avalia que a área de Tecnologia da Informação precisa de uma gestão efetiva (eficaz e eficiente) dos sistemas que dão suporte ao cumprimento da missão da ANTT.

3.2. Atualmente, grande parte dos processos de negócio da ANTT é sustentada através do ambiente de Tecnologia da Informação, este composto por diversas aplicações críticas hospedadas em sistemas operacionais distintos. Muitas dessas aplicações são suportadas por sistemas operacionais baseados na plataforma "Red Hat Enterprise Linux" e pelo serviço de aplicações "Red Hat JBoss EAP", como, por exemplo, o Sistema de Controle de Acesso – SCA, SEI, Portal ANTT e Portal Intranet.

3.3. Nesta linha e com foco em facilitar a evolução dos sistemas, é necessária a contratação dos produtos "Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenter, Standard", "Red Hat JBOSS Runtimes, Premium", "Red Hat OpenShift Platform, Premium" e "Red Hat Ansible, Standard" por serem estas as principais plataformas as quais os serviços de TI da ANTT utilizam, respondendo por aproximadamente 90% dos servidores hospedados no órgão.

3.4. Considerando o que dispõe a Súmula nº 270 e os Acórdãos nº 113/2016 e nº 559/2017, todos do Tribunal de Contas da União - TCU, que orientam pela possibilidade de indicação de marca específica para um determinado item, que os produtos da plataforma "Red Hat Enterprise Linux", utilizados pela ANTT, correspondem a 90% dos sistemas de tecnologia da informação do órgão, e que igualmente utiliza de servidores de aplicação "Red Hat JBoss Runtimes", a contratação da subscrição dos produtos "Red Hat" faz-se necessária para a manutenção da padronização dos produtos de software atualmente utilizados na ANTT.

3.5. A fabricante "Red Hat" comercializa seus produtos de software pelo modelo de subscrição, que consiste, basicamente, no suporte e garantia de atualizações de segurança e de melhorias no produto, pelo tempo de vigência do contrato, ou seja, não há, por parte do fabricante, um modelo de aquisição perpétuo ao cliente. O que a fabricante "Red Hat" oferta é a garantia de suporte e de acesso às melhorias e evoluções no produto durante a cobertura contratual.

3.6. Em adição, o suporte técnico adequado aos produtos tem suprido as necessidades de apoio técnico especializado ao corpo funcional da ANTT, na utilização eficaz e com toda potencialidade dos recursos oferecidos pelas tecnologias envolvidas.

3.7. Neste aspecto, cabe salientar que seria possível a utilização dos produtos, que são objeto do presente processo, sem qualquer cobertura contratual junto à fabricante, no entanto o risco que a ANTT teria com relação a eventuais bugs, ausência de correções de brechas de vulnerabilidades, ausência de suporte para eventuais melhorias e adaptações nas plataformas de software da ANTT, seria maior do que a ANTT está disposta a aceitar. Cabe acrescentar que a melhoria na disponibilidade das aplicações proporcionará redução da mão de obra dedicada à configuração de máquinas virtuais e, conseqüentemente, a redução do custo com a infraestrutura da ANTT.

3.8. Diante desse cenário e objetivando a sustentação dos produtos e serviços de TI demandados pela organização, faz-se necessária a contratação das subscrições de produto de software, que darão acesso ao suporte do fabricante definido nesse Estudo Técnico Preliminar da contratação, cujo o objetivo é a garantia da qualidade necessária na sustentação de sistemas e considerando o melhor custo benefício que esta tecnologia traz.

3.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP	Data de publicação no PNCP	Id do item no PCA	Classe /Grupo:	Identificador da Futura Contratação
04898488000177-0-000001/2023	20/05/2023	29	111	393001-37/2023

3.10. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.10.1. O objeto da contratação encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT - PDTIC 2021-2024, ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI, de acordo com o Mapa Estratégico da ANTT 2020-2030, e ao Plano Anual de Contratações - PAC 2023, conforme tabela abaixo:

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI			
Planejamento Estratégico ANTT - 2020-2023			
ID	Objetivo Estratégico		
PR2	Aprimorar a disponibilidade, qualidade e a integração das informações internas e externas.		
Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC			
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2021-2024			
ID	NECESSIDADE		
N10	Aperfeiçoar os mecanismos e ambientes para assegurar alta disponibilidade e evolução tecnológica.		
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
-	Executar os serviços de gestão e manutenção de infraestrutura: dados em nuvem, site redundante, rede de dados, bancos de dados, segurança.	-	Garantir disponibilidade das aplicações: 99%.
Alinhamento ao Plano de Contratações Anual - PCA			
Item no PCA	Descrição	Aprovação	
II.70	Fornecimento de subscrições de Software Livre incluindo atualização de versões e serviços	Aprovado no Plano de Contratações Anual - PCA 2023, nos termos da Deliberação nº 293, de 04 de setembro de 2023.	
Alinhamento à Estratégia de Governo Digital			
Não se aplica.			
Integração à Plataforma de Cidadania Digital			
Não se aplica.			

3.11. Parcelamento da Solução de TIC

3.11.1. Os itens desta contratação foram agrupados em lote único por formarem uma solução única, a qual deverá ser entregue e instalada em conjunto e gerenciada em um único contrato, pois possuem natureza e objetivo final similar, dependência entre si, detalhes técnicos particulares em sua integração e necessidade de total compatibilidade para seu perfeito funcionamento.

3.11.2. Nesse sentido, o agrupamento de itens irá garantir economicidade, tendo em vista que o modelo permite que as licitantes apresentem melhores valores para todos os itens que compõem a solução, não prejudicando a competitividade do certame, já que é usual no mercado esse modelo de fornecimento existindo no mercado várias empresas aptas para o fornecimento da solução.

3.11.3. É importante ressaltar que, a contratação dos serviços será por 36 meses, por se torna mais vantajoso e econômico adquirir a solução em um único lote.

3.12. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.12.1. Dentre os principais resultados a serem alcançados com a contratação, pode-se destacar:

- Manter os servidores que rodem o sistema operacional Linux atualizados e com as últimas correções de segurança;
- Manter a estabilidade e disponibilidade dos sistemas corporativos;
- Diminuir os riscos de interrupção dos sistemas por parte da plataforma;
- Balanceamento dos servidores nos hosts;
- Gerenciamento centralizado das subscrições;
- Guests ilimitados para cada host com a subscrição de S.O.;
- Estar compliance com o ambiente dos servidores da ANTT;
- Processos automatizados que auxiliam no perfeito funcionamento do ambiente;
- Controle inteligente de recursos das aplicações da ANTT;
- Minimizar ao máximo as indisponibilidades dos sistemas da ANTT.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.2. A contratação de subscrições de licenças de software é necessária para que a ANTT possa cumprir a sua missão, atendendo com qualidade às expectativas dos usuários dos seus serviços, uma vez que a sua infraestrutura de tecnologia da informação necessita de melhorias contínuas. Neste sentido, medidas precisam ser tomadas visando manter esta infraestrutura adequada aos novos desafios que se apresentem e à evolução tecnológica, de modo a garantir a continuidade dos serviços prestados pela Agência.

4.2.1. A contratação das subscrições fornecidas pela RedHat é imprescindível para garantir o pleno funcionamento do ambiente de aplicações críticas, pois contempla o suporte avançado a toda infraestrutura de sistema operacional, provisionamento de sistemas, monitoramento, alta disponibilidade e middleware Java EE das aplicações utilizadas, bem como manter os investimentos realizados na aquisição da solução e especialização de recursos humanos nas tecnologias já mencionadas. Mantendo como pilares para modernização da infraestrutura dessa Agência:

- a) Produtividade e performance das aplicações: acelerar o desenvolvimento, a implantação e o desempenho de aplicativos em ambientes físicos, virtuais e de nuvem para aumentar a agilidade.
- b) Integração de aplicativos, dados e dispositivos: integrar diferentes dados, serviços, aplicativos e dispositivos para permitir a produtividade e reduzir a complexidade.
- c) Automação de processos e decisões de negócios: automatizar decisões, processos e interações do usuário para agilizar fluxos de negócios e otimizar a eficiência.

4.2.2. Assim, compreendemos que a contratação das subscrições Red Hat em tela está alinhada com o princípio da padronização, na medida em que garante compatibilidade técnica e de desempenho, conforme registra o enunciado da Súmula n. 270 do Tribunal de Contas da União - TCU, entendimento esse previsto no art. 40, inciso V, alínea "a" da Lei n. 14.133/21. Considerando que os produtos da plataforma "Red Hat Enterprise Linux" correspondem a 90% dos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela ANTT, que também utiliza os servidores de aplicação "Red Hat JBOSS Runtimes", a contratação da subscrição dos produtos "Red Hat" faz-se necessária para a manutenção da padronização dos produtos de software atualmente utilizados na Agência.

4.2.3. A estabilidade a longo prazo da plataforma adquirida é requisito para a continuidade dos sistemas da agência ANTT, visto que os contratos de suporte e atualização permitem minimizar os custos com a padronização do ambiente em uma plataforma única e estável do mesmo fornecedor.

4.3. É importante ressaltar, ainda, que com a subscrição ativa, a Agência recebe suporte técnico da Red Hat, proporcionando segurança e confiabilidade para a execução dos sistemas, incluindo o acesso às versões atualizadas contemplando aprimoramentos, novas funcionalidades, correções de bugs e erratas de segurança durante o prazo de validade da subscrição.

4.4. Além disso, a contratação pretendida encontra-se alinhada ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT - PDTIC 2021-2024, ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI, de acordo com o Mapa Estratégico da ANTT 2020-2030, ao Plano de Contratações Anual - PCA 2023, à Estratégia de Governo Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020 e suas atualizações, e a Integração à Plataforma de Cidadania Digital, instituída pelo Decreto nº 8.936, de 19 de Dezembro de 2016.

4.5. A solução deverá garantir a total independência tecnológica, evitando a interrupção dos serviços ao término/cancelamento do contrato e vigência da subscrição.

4.6. Requisitos de Capacitação

4.6.1. Não se aplica.

4.7. Requisitos Legais

4.7.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, Decreto nº 11.462, de 31 DE março de 2023, e outras legislações aplicáveis.

4.8. Requisitos de Manutenção

4.8.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas, preventivas, adaptativa e evolutiva pela CONTRATADA, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.8.2. A atualização de versão e a manutenção, do tipo corretiva, compreende procedimentos destinados à recolocar em perfeito estado de operação os serviços e softwares;

4.8.3. Os Softwares defeituosos, caso não possam ser reparados, deverão ser substituídos respeitando os prazos de abertura de chamados;

4.8.4. Quaisquer modificações e/ou reconfigurações que necessitem ser executados no ambiente da CONTRATADA, deverão ser autorizadas e acompanhadas por um técnico da ANTT;

4.8.5. O serviço de acesso remoto discado deverá possuir suporte telefônico gratuito para a solução de problemas relacionados ao seu funcionamento, bem como o esclarecimento de dúvidas quanto a utilização do serviço, que deverá ser prestado em horário comercial, de segunda a sexta-feira;

4.8.6. Quanto às atualizações pertinentes aos softwares, entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fi-xes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de suporte técnico e atualização de versão especificado;

4.8.7. Do software (aplicativos e sistema operacional): desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrentes de falhas no software, atualização da versão de software, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados;

4.8.8. Suporte Remoto do fornecedor ou fabricante dos softwares componentes da solução – serviço de atendimento durante o horário comercial, em português, aos chamados técnicos, executados via e-mail ou por meio telefônico, via central de help desk, que tratará da abertura de chamados técnicos e ocorrências relativas. O suporte remoto do fornecedor deverá disponibilizar um serviço de discagem gratuita (0800) redundante ao do fabricante da solução ofertada, em português, para abertura de chamados;

4.8.9. Suporte Local do Fornecedor da Solução – serviço de atendimento local a chamados técnicos críticos, que deverão ser atendidos localmente, por profissional certificado pelo fabricante da solução;

4.8.10. O suporte técnico e atualização de versão corretiva serão realizados sempre que solicitado pela ANTT por meio da abertura de chamado técnico diretamente à CONTRATADA (ou a sua credenciada) via telefone, Internet ou e-mail;

4.8.11. No atendimento aos chamados técnicos abertos, deverá ser disponibilizado suporte personalizado por um analista designado;

4.8.12. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após confirmação de responsável da ANTT e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado; e

4.8.13. A prioridade de atendimento dos chamados será definida pela ANTT.

4.8.14. Na abertura de chamados técnicos serão fornecidas informações como: anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço, versão do software utilizada no hardware e Severidade do chamado, conforme tabela abaixo:

Tabela de Severidade de Chamado						
Severidade	Descrição	Prazo de atendimento				
		TMIA		TMSO		TMSDC
		24x7	8x5	24x7	8x5	24x7 8x5

Crítica	Problema causa comprometimento ou interrupção de funcionalidades essenciais para a operação do negócio, com perda ou paralisação total de sistemas em produção e a situação constitui uma emergência.	15min	2h	4h	8h	24h	48h
Alta	Problema interrompe operações, mas é mantida a operação do ambiente, ainda que com restrições de desempenho ou de funcionalidades não essenciais.	30min	3h	8h	24h	48h	60h
Média	Problema não causa nenhuma perda de funcionalidade, constitui erro irrelevante comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema.	2h	4h	24h	48h	60h	72h
Baixa	Esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas.	8h	8h	48h	48h	72h	72h

4.8.15. Todas as solicitações feitas pela ANTT deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços.

4.8.16. A CONTRATADA, após a realização dos serviços de suporte técnico e atualização de versão, deverá apresentar um relatório, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, as providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável da ANTT.

4.8.17. O tempo do início de atendimento do chamado técnico deverá ser de acordo com a tabela de severidade de chamado e contado a partir da hora de abertura do chamado. Ou seja, a partir da hora de abertura do chamado, iniciada a contagem de tempo para o início do atendimento.

4.8.18. Em caso de necessidade e em qualquer classificação de severidade, a critério da ANTT, deverá ser prestado atendimento “On-Site”. Os serviços “On-Site” deverão iniciar-se em no máximo 08 (oito) horas após confirmação da ANTT ou conforme agendamento a critério da Agência.

4.8.19. Após o início do atendimento, o tempo de solução do problema deverá ser de acordo com a tabela de solução do chamado, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para as respectivas severidades, contados a partir da abertura do chamado técnico.

4.8.20. A CONTRATADA deverá informar aos responsáveis da ANTT qualquer situação que possa ensejar em uso inadequado dos recursos.

4.8.21. Para os serviços de suporte técnico e atualização de versão, a ANTT permitirá o acesso dos técnicos habilitados e identificados da CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os produtos. Esses técnicos ficarão sujeitos a todas as normas internas de segurança da ANTT, inclusive àqueles referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências.

4.8.22. Para a execução dos serviços de suporte técnico e atualização de versão, a CONTRATADA somente poderá desativar o produto, com prévia autorização da ANTT.

4.9. Requisitos Temporais

4.9.1. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.9.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, na forma do artigo 183, da Lei 14.133 de 2021.

4.9.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos, ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.9.4. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Item	Descrição	Prazo de Entrega
------	-----------	------------------

1	Licenças de S.O. Linux para host com múltiplos tenants - Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenter, Standard.	Em até 10 (dez) dias úteis contados da data de emissão da Ordem de Serviço.
2	Subscrições de licenças para orquestração de contêineres – Red Hat Openshift Platform, Premium (2 cores).	Em até 10 (dez) dias úteis contados da data de emissão da Ordem de Serviço.
3	Subscrições de licenças para automatização de infraestrutura e contêineres – Red Hat Ansible, standard (100 nó gerenciáveis).	Em até 10 (dez) dias úteis contados da data de emissão da Ordem de Serviço.
4	Serviço de Suporte Mensal Proativo.	Conforme definição contida em Ordens de Serviços correspondentes a cada demanda.
5	Serviço de consultoria especializada para migrações e integrações/sob demanda.	Conforme definição contida em Ordens de Serviços correspondentes a cada demanda.

4.10. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.10.1. A CONTRATADA deverá respeitar as normas nacionais de proteção de dados e informações vigentes, sobretudo considerando a possibilidade de custódia de conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviços, observadas as seguintes diretrizes:

- a) Garantia de aplicabilidade da legislação brasileira sobre os princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à segurança da informação e à proteção de dados.
- b) Garantia que, em qualquer hipótese, a Administração tem a tutela absoluta sobre os conhecimentos, informações e dados produzidos pelos serviços.
- c) Vedado o uso corporativo dos conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviço.
- d) Possuir Plano de Continuidade, Recuperação de Desastres e Contingência de Negócio, que possa ser testado regularmente, objetivando a disponibilidade dos dados e serviços em caso de interrupção.
- e) Desenvolver e colocar em prática procedimentos de respostas a incidentes relacionados com os serviços.

4.10.2. A CONTRATADA deverá seguir as normas internas de segurança da informação da ANTT, bem como suas atualizações.

4.10.3. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venham a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de aplicação de sanção e outras penalidades previstas na legislação vigente, independente da classificação de sigilo conferida pela ANTT a tais documentos.

4.10.4. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização por escrito da ANTT, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

4.10.5. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pela ANTT não poderá ser utilizada para fins particulares, e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da ANTT ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas.

4.10.6. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na ANTT.

4.11. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.11.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto no 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

4.11.2. A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
- h) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- j) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- k) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- l) disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- m) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;
- n) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- o) orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da ANTT.

4.11.3. A CONTRATADA deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante deste TERMO DE REFERÊNCIA no **APÊNDICE “H”**, a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

4.11.4. A exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como demais normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio de treinamento de seus colaboradores, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, visando o cumprimento das ações estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

4.12. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

4.12.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12.2. O Ambiente Tecnológico para a implantação das plataformas consta no Apêndice “D”, deste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.12.3. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.13. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13.1. Os serviços deverão ser executados observando os requisitos técnicos e diretrizes estabelecidos pela área técnica da Contratante.

4.14. Requisitos de Implantação

4.14.1. A CONTRATADA deverá realizar a implantação da solução contratada no ambiente físico e lógico da ANTT.

4.14.2. Executar os serviços inerentes à implantação com pessoal selecionado e de competência técnica, devidamente identificado.

4.14.3. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.15. Requisitos de Garantia e Manutenção

4.15.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.16. Requisitos de Experiência Profissional

4.16.1. Os serviços de apoio técnico especializado deverão ser prestados por profissionais devidamente capacitados e habilitados para o objeto especificado, conforme descrito no Apêndice “C”, deste TERMO DE REFERÊNCIA, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência.

4.16.2. A CONTRATADA deverá utilizar profissional devidamente capacitado e habilitado para a execução do objeto especificado neste Termo de Referência, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência.

4.17. Requisitos de Formação da Equipe

4.17.1. A execução do suporte técnico deve ser realizada pela CONTRATADA por meio de profissional certificado pelo fabricante da solução sem custos adicionais para a ANTT, durante o período de garantia, sendo indispensável a apresentação de documentação original do fabricante que comprove a validade da certificação enquanto durar o vínculo contratual, podendo ser solicitada a qualquer momento.

4.18. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.18.1. Será realizada reunião Inicial entre a CONTRATANTE e CONTRATADA após assinatura de contrato e previamente a emissão de OS/OFB. Serão realizadas quantas reuniões forem necessárias para discussão de assuntos referentes a execução do contrato.

4.18.2. O fornecimento dos produtos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.18.3. O fornecimento dos serviços está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviços (OS) emitida pela Contratante. A OS indicará o tipo de serviço, a quantidade e a localidade na qual os serviços deverão ser executados.

4.18.4. O andamento do fornecimento dos produtos/serviços deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.18.5. A ANTT realizará a gestão e fiscalização do contrato, bem como o aceite/rejeição das OS/OFB.

4.19. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

4.19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

4.19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4.19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

4.19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.19.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

4.19.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

4.19.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.19.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

4.19.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

4.19.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

4.19.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

4.20. Vistoria

4.20.1. Não se aplica.

4.21. Outros Requisitos Aplicáveis

4.21.1. Ao tempo da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá comprovar que está autorizada pelo fabricante a assinar, com a ANTT o contrato, objeto desta licitação.

4.21.2. Conforme entendimento exposto nos termos do Acórdão TCU nº 1004/2017, do Plenário, não cabe à Administração imiscuir-se no tipo de relação entre o revendedor e o fabricante. No entanto, é condição imprescindível que a empresa esteja devidamente autorizada a assinar o contrato nos termos do edital. Tal autorização poderá ser verificada através de declaração (ou outro meio hábil) emitida pela fabricante comprovando ser um parceiro autorizado, ou que goze de alguma condição de exceção franqueada pela fabricante, ou qualquer outra situação que demonstre de forma inequívoca a condição de autorizada.

4.21.3. Por absoluta impossibilidade jurídica, conforme consignou-se nas discussões trazidas pelo Acórdão TCU nº 1004/2017, do Plenário, em nenhuma hipótese a ANTT assinará contratos na modalidade triparte (órgão público / fornecedor / fabricante).

4.21.4. Portanto, a ANTT não irá assinar contratos com o fabricante para o recebimento dos equipamentos decorrentes deste processo, ficando a licitante obrigada a efetuar seus pedidos ciente dessa condição, bem como comprovar através do site ou declaração do fabricante que os produtos adquiridos estão devidamente registrados em nome da ANTT.

4.22. Sustentabilidade

4.22.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

4.23. Indicação de marcas ou modelo

4.23.1. Pela continuidade dos serviços e da implantação já existente na Agência após estudos verificou que é mais vantajoso manter a solução já implementada.

4.24. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.24.1. Não se aplica.

4.25. Da exigência de carta de solidariedade

4.25.1. Não se aplica.

4.26. Subcontratação

4.26.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

4.26.2. Pela natureza, alta complexidade e alta diversidade de segmento de atuação no mercado do objeto, não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

4.26.3. É vedada a participação de empresas em consórcio na licitação.

4.26.4. A vedação de empresas em consórcio não acarretará restrição à competitividade, pois há no mercado diversas empresas fornecedoras do objeto desta contratação, que se encontram aptas a atender as exigências de habilitação previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.27. Da verificação de amostra do objeto

4.27.1. Não se aplica.

4.28. Garantia da Contratação

4.28.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.28.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.28.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.28.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.29. Informações relevantes para a apresentação da proposta

4.29.1. A proposta da licitante deverá conter a especificação clara e completa do objeto, obedecida a mesma ordem constante deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, conforme Modelo de Proposta de Preços constante no Apêndice "E", deste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.29.2. Entende-se por especificação clara e completa do objeto, o detalhamento do objeto, os quantitativos de equipamentos a serem entregues, marcas/modelos de aparelhos/equipamentos a serem fornecidos, o detalhamento da arquitetura da plataforma, além das características técnicas do objeto, em conformidade com os requisitos técnicos exigidos e demais condições gerais de prestação dos serviços que deverão constar da proposta da licitante.

4.29.3. Não serão aceitas propostas contendo cópia das exigências deste TERMO DE REFERÊNCIA no lugar da especificação clara e inequívoca dos equipamentos a serem adquiridos.

4.29.4. A licitante vencedora deverá apresentar planilha de preços, discriminando os valores total e unitário de cada item.

4.29.5. A proposta da licitante deverá estar integralmente preenchida, discriminando os valores unitários e totais de cada item objeto deste Termo de Referência, em conformidade com o modelo constante deste Termo de Referência.

4.29.6. A proposta deverá conter declaração da licitante de que se encontra apta a entregar o objeto pertinentes ao ofertado e às regras de negócio envolvidas.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- b) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no TERMO DE REFERÊNCIA;
- c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d) Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- e) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- f) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- g) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- h) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- a) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- b) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- c) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- e) manter suas condições de habilitação durante toda a vigência contratual, em cumprimento às determinações legais, o que será comprovado pelo CLIENTE por meio de consultas aos sistemas ou cadastros de regularidade da Administração Pública Federal.
- f) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- h) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- i) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- j) fazer a transição contratual, quando for o caso;

k) executar o objeto do contrato em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

l) não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;

m) não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

5.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

5.3.1. Não se aplica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Condições de execução

6.1.1. A CONTRATADA será responsável pela execução dos serviços e seu acompanhamento diário da qualidade e dos níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar ajustes e correções. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviço estabelecidos devem ser imediatamente comunicados à ANTT, que em parceria com a CONTRATADA, buscará a melhor solução para resolução do problema.

6.1.2. Ordem de serviço ou fornecimento de bens

6.1.2.1. O fornecimento de bens será realizado mediante a abertura de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), autorização do Gestor do Contrato e ciência da CONTRATADA.

6.1.2.2. A prestação de serviços será realizada mediante a abertura de Ordem de Serviços de (OS), autorização do Gestor do Contrato e ciência da CONTRATADA.

6.1.2.3. Não há óbice no fatiamento da quantidade de um mesmo item constante do contrato em várias OFB/OS, desde que o somatório das quantidades de cada item em cada OS/OFB não ultrapasse a quantidade total de cada item previamente contratado.

6.1.2.4. A OFB/OS registrará as etapas, os prazos de entrega e ativação, o detalhamento do fornecimento/serviço, bem como demais informações necessárias para a execução dos serviços por parte da CONTRATADA.

6.1.2.5. Após aprovação das demandas, o Gestor do Contrato encaminhará a OFB/OS para a CONTRATADA, bem como as informações necessárias para sua execução.

6.1.2.6. Cada demanda deverá ser executada atendendo as especificações e condições constantes deste Termo de Referência e melhores práticas, além das que constarem da OFB/OS.

6.1.2.7. O recebimento e aceitação se dará por OFB/OS emitida.

6.2. Local e horário da prestação de serviços

6.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Unidade	UF	Endereço
Sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	DF	Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF, CEP: 70200-003.

6.2.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

a) De segunda à sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h.

6.3. Materiais a serem disponibilizados

6.3.1. Não se aplica.

6.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5. As características da solução para dimensionamento da proposta deverão observar os requisitos constantes no APÊNDICE “A”.

6.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.6.1. A CONTRATADA deverá garantir durante a vigência do contrato a manutenção da versão mais atual para os módulos de software da Solução ofertada.

6.6.2. A CONTRATADA deverá fornecer suporte direto do fabricante da solução durante toda a vigência contratual para atualizações de versão e acionamento em nível de resolução de problemas pelo próprio fabricante se necessário, além do nível de suporte que deverá ser prestado pela CONTRATADA em conjunto, conforme previsto neste TERMO DE REFERÊNCIA e seus apêndices.

6.7. Formas de transferência de conhecimento

6.7.1. Não se aplica.

6.8. Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.8.0.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.8.1. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.8.1.1. Não se aplica.

6.9. Mecanismos formais de comunicação

6.9.1. A comunicação entre a ANTT e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de Ordens de Fornecimento de Bens ou outro documento, ocorrerá sempre via Preposto, ou seu substituto, designado pela CONTRATADA.

6.9.2. São instrumentos formais de comunicação entre a ANTT e a CONTRATADA qualquer troca de informações realizada entre as partes por meio dos Canais de Atendimento estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA e em Contrato, bem como:

- a) Ordens de Serviço;
- b) Termos de Recebimento;
- c) Ofícios;
- d) Relatórios e Atas de Reunião;
- e) E-mail institucional/corporativo;
- f) Ferramenta Microsoft Teams ou similar em uso pela ANTT;
- g) Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://portal.antt.gov.br/sei>);
- h) Demais Termos previstos no instrumento contratual.

6.10. Formas de Pagamento

6.10.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.10.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.10.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.11. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.11.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, APÊNDICE "K", contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e o Termo de Ciência, APÊNDICE "L", bem como a Declaração de Ciência e Consentimento da LGPD, APÊNDICE "M", deverão ser assinados por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Preposto

7.5.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.6. Reunião Inicial

7.6.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- a) Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- b) Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d) A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste TERMO DE REFERÊNCIA.

7.7. Fiscalização

7.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.8. Fiscalização Técnica

7.8.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.8.1.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.8.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.8.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.9. Fiscalização Administrativa

7.9.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.1.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.10. Gestor do Contrato

7.10.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.10.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.10.6. O gestor do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, o disposto neste item.

8.2. Os níveis de serviço acordados e os descontos em favor da ANTT pelo respectivo descumprimento encontram-se definidos na tabela a seguir:

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na Ordem de Serviço.
Meta a cumprir	IAP igual ou superior %.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$ <p>Onde:</p> <p>IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço;</p> <p>ΣQ_{tap} = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência;</p> <p>ΣQ_{tr} = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>

Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p>

IAE – INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE <= 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da Contratante e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	<p>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OS.</p>	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p style="text-align: center;">IAE = <u>TEX – TEST</u></p> <p style="text-align: center;">TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS.</p> <p>A data de início será aquela contante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS.</p> <p>A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quanto a Contratada entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	

Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador.</p> <p>Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Garantia e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da Contratante.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>De 0 a 0,10 – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 0,11 a 0,20 – Glosa de 0,5% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,21 a 0,30 – Glosa de 0,75% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,31 a 0,50 – Glosa de 1% sobre o valor da OS;</p> <p>De 0,51 a 1,00 – Glosa de 1,5% sobre o valor da OS;</p> <p>Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 3% sobre o valor da OS e multa de 10% sobre o valor do Contrato.</p>

8.3. Os Níveis Mínimos de Serviço são critérios para aferir e avaliar os diversos indicadores relacionados com os serviços contratados.

8.4. No Nível Mínimo de Serviço está definida a maneira pela qual estes fatores serão avaliados e as deduções a serem aplicadas na fatura mensal, quando o serviço prestado não alcançar o nível mínimo aceitável.

8.5. A aferição e a avaliação dos serviços prestados dar-se-á mensalmente pela ANTT e serão apresentadas por meio de relatório apresentado pela CONTRATADA.

8.6. A identificação de inconsistências entre os indicadores apresentados e os indicadores apurados pela fiscalização da ANTT, configura-se como não cumprimento do Nível Mínimo de Serviço, sendo neste caso aplicada as glosas previstas neste Termo de Referência, levando-se em consideração a dedução no pagamento da fatura estipulada na tabela de indicadores de níveis mínimos de serviço.

8.7. A aplicação de glosas por descumprimento do acordo de nível de serviço é uma adequação do valor contratado à qualidade dos serviços efetivamente entregues, não configurando sanção administrativa.

8.8. O Gestor e/ou Fiscais do Contrato acompanharão a execução dos serviços prestados junto aos recursos disponibilizados pela CONTRATADA e emitirão Parecer Técnico com as atividades desenvolvidas.

8.9. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.9.1. não produzir os resultados acordados;

8.9.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.9.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.9. Do recebimento

8.10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.10.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.10.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.10.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

8.10.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.10.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.10.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

8.10.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.10.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.10.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

8.10.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.10.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.10.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.10.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.10.1.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.10.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.10.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.10.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.10.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.10.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.10.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.11. Procedimentos de Teste e Inspeção

8.11.1. Os serviços serão recebidos após a avaliação e realização dos testes necessários e a verificação do seu funcionamento, conforme exigências deste documento.

8.12. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.12.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência. Em caso de reincidência, aplicar-se-á multa de 2% sobre o valor total do Contrato.
2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
3	Dar causa à inexecução total do contrato.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
8	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	<p>A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.</p> <p>Após o limite de 7 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10% do valor total do Contrato.</p>
9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
13	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	<p>Glosa de 0,5% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.</p> <p>Glosa de 0,75% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.</p> <p>Glosa de 1% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.</p> <p>Glosa de 1,5% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.</p>

		Multa de 10% sobre o valor do Contrato e Glosa de 3% sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
14	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 3% do valor total do Contrato.

8.12.1.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.12.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.13. Liquidação

8.13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.13.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.13.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.14. Prazo de pagamento

8.14.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.14.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), de correção monetária.

8.15. Forma de pagamento

8.15.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.15.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.15.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.15.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.15.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.16. Antecipação de pagamento

8.16.1. Não será admitida antecipação do pagamento.

8.17. Cessão de Crédito

8.17.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.17.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.17.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.17.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.17.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.17.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por grupo, em observância às hipóteses previstas no art. 3º, do Decreto nº 11.462/2023.

9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

9.3. Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3.1. Nos termos da legislação vigente, quando aplicável, conforme previsão em EDITAL, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, e nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.3.2. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

9.3.3. Destacando-se que a aplicação desse critério e direito ocorre de forma automática no sistema compras governamentais.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.2. Habilitação jurídica

9.4.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.4.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.4.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.4.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.4.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.4.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.4.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.4.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.4.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais/Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.4. Qualificação Econômico-Financeira

9.4.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação [\(art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021\)](#), ou de sociedade simples;

9.4.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

9.4.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);
- b) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- c) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- d) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.4.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação a comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

9.4.4.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. [\(Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º\)](#).

9.4.4.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.4.5. Qualificação Técnica

9.4.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento da solução equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.4.5.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I - Apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em documento timbrado, e que comprove aptidão para execução do objeto da contratação, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total de licenças, contendo as seguintes informações:

a) Identificação do órgão ou empresa emitente com nome ou razão social, CNPJ, endereço completo, nome da pessoa responsável e função no órgão ou empresa, telefone e fax para contato;

b) Indicação do CONTRATANTE de que foram atendidos os requisitos de qualidade e prazos requeridos (descrição, duração e avaliação dos resultados);

c) Descrição das principais características dos serviços, comprovando que a CONTRATADA executa ou executou o objeto da contratação, considerando;

d) Data de emissão do atestado ou da certidão; e

e) Assinatura e identificação do signatário (nome, telefone, cargo e função que exerce junto ao órgão ou empresa emitente).

II - Os atestados de capacidade técnica, a serem utilizados para comprovação do fornecimento do objeto, deverão referir-se a um período mínimo de 12 (doze) meses.

III - Para fins de comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses no fornecimento do objeto, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.4.5.3. Os atestados deverão ser válidos e conter a descrição pormenorizada dos softwares, bancos de dados, sistemas operacionais, arquitetura e demais componentes utilizados.

9.4.5.4. Ficará a cargo da ANTT, caso julgue necessário, realizar diligências para averiguação das informações constantes dos atestados de capacidade técnica apresentados.

9.4.5.5. No caso de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa CONTRATADA.

9.4.5.6. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante empresas controladas ou controladoras da empresa licitante ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

9.4.5.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.4.5.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.4.5.9. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de equipamentos, a apresentação de diferentes atestados executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item [10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017](#).

9.4.5.10. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item [10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017](#).

9.4.5.11. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.4.5.12. O fornecedor deverá apresentar Declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4.5.13. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.4.5.14. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.4.5.15. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.442.498,38 (dois milhões quatrocentos e quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos), para 36 (trinta e seis) meses, conforme custos unitários apostos na tabela descrita no subitem 1.1. deste TERMO DE REFERÊNCIA.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade	Fonte de Recursos	Programa de Trabalho	Elemento de despesa
39250/393001	1052000016	26.126.0032.218T.0001	33.90.39

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. Cronograma Físico Financeiro

11.4.1. Os pagamentos serão efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

Descrição	Periodicidade	Condições de Pagamento
Subscrição para plataforma Red Hat e seus componentes para o ambiente produtivo incluindo suporte técnico na modalidade 24x7.	Parcela única	Mediante a entrega do objeto referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação da Relação de licenças efetivamente instaladas/ativadas, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF.
Subscrição para plataforma de Red Hat e seus componentes para o ambiente de desenvolvimento/teste/homologação incluindo suporte técnica na modalidade 8x5.	Parcela única	Mediante a entrega do objeto referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação da Relação de licenças efetivamente instaladas/ativadas, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF.
Subscrição para plataforma Red Hat e seus componentes para o ambiente produtivo incluindo suporte técnico na modalidade	Parcela única	Mediante a entrega do objeto referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação da Relação de licenças efetivamente instaladas/ativadas, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF.
Serviço de Suporte Técnico especializado mensal para a plataforma Red Hat e demais softwares livres utilizados na infraestrutura da ANTT.	Parcela mensal	Mediante a apresentação de Relatório Técnico (RT) referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, contendo o detalhamento dos serviços executados no mês, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF
Serviço de Apoio Técnico especializado e serviço de Consultoria para a plataforma Red Hat e demais softwares livres utilizados na infraestrutura da ANTT.	Sob demanda	Mediante a entrega dos produtos previstos em cada Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação dos relatórios de serviços e USTs executadas, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF.

12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme preconizado nos art. 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

12.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

13. DO REAJUSTE DE PREÇOS

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a ANTT pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA MATRIZ DE RISCO

14.1. Em observância ao disposto no inciso XXVII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, as PARTES, declaram que a presente contratação não apresenta eventos supervenientes impactantes no equilíbrio econômico-financeiro que justifiquem ou fundamentem a elaboração de Matriz de Riscos para o contrato.

15. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

15.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA SUDEG Nº 145/2023 (SEI nº 17529723).

15.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94/2022, o TERMO DE REFERÊNCIA será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VICTOR HUGO GOUVEIA DE LUCENA LIMA

Integrante Requisitante

PAULO JOSE MILANEZ

Integrante Técnico

RAMONA DE PAIVA PACHECO

Integrante Administrativo

KLAYMER ALVES DE AMORIM PAZ

Superintendente de Tecnologia da Informação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Apêndice A - Requisitos Técnicos Mínimos da Solução.pdf (976.12 KB)
- Anexo II - Apêndice B - Catálogo de Serviços.pdf (714.07 KB)
- Anexo III - Apêndice C - Equipe Técnica e Qualificação Profissional.pdf (684.05 KB)
- Anexo IV - Apêndice D - Ambiente Tecnológico da ANTT.pdf (658.59 KB)
- Anexo V - Apêndice E - Modelo Proposta de Preços.pdf (791.56 KB)
- Anexo VI - Apêndice F - Planilha de Custo e Formação de Preços.pdf (632.36 KB)
- Anexo VII - Apêndice G - Ordem de Serviço.pdf (674.44 KB)
- Anexo VIII - Apêndice H - Declaração de Sustentabilidade Ambiental.pdf (678.26 KB)
- Anexo IX - Apêndice I - Termo de Recebimento Provisório - Serviços TIC.pdf (776.17 KB)
- Anexo X - Apêndice J - Termo de Recebimento Definitivo.pdf (716.89 KB)
- Anexo XI - Apêndice K - Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo.pdf (811.86 KB)
- Anexo XII - Apêndice L - Termo de Ciência.pdf (648.93 KB)
- Anexo XIII - Apêndice M - Declaração de Ciência e Consentimento da LGPD.pdf (723.99 KB)
- Anexo XIV - Apêndice N - Termo de Encerramento do Contrato.pdf (873.13 KB)

Anexo I - Apêndice A - Requisitos Técnicos Mínimos da Solução.pdf

APÊNDICE “A”**REQUISITOS TÉCNICOS MÍNIMOS DA SOLUÇÃO****1. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA SOLUÇÃO**

1.1. Contratação de solução Linux Red Hat Enterprise, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, bem como seus componentes, serviços de suporte técnico oficial do fabricante e consultoria especializada nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento da ANTT, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Partnumber /SKU	CÓD.PMCT IC	Unidade de Medida	Quantidade
1	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard (36 meses).	RH00002F3	36.042,06	Subscrições	26
2	Red Hat OpenShift Container Platform Premium -2 Cores or 4 vCPUs.	MCT 2735	23.793,28	Subscrições	16
3	Red Hat Ansible Automation, Standard - 100 Managed Nodes.	MCT3691	77.328,16	Subscrições	3
4	Serviço de Suporte técnico (36 meses)	-	N/A	Serviços	36
5	Consultoria Técnica Especializada Red Hat para implantação dos produtos e execução de serviços de catálogo.	-	N/A	UST	2.000

1.2. A solução deverá garantir pelo fornecedor e/ou fabricante a total independência tecnológica, evitando à interrupção dos serviços ao término/cancelamento do contrato e vigência da subscrição.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

2.1. Subscrição para o Sistema Operacional Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenter, Standard. e seus componentes:

2.2. Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard (ITEM 1)

1.2.1. Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard (3 anos)

1.3. Red Hat OpenShift Container Platform Premium -2 Cores or 4 vCPUs: (ITEM 2)

1.4. Red Hat Ansible Automation, Standard - 100 Managed Nodes: (ITEM 3)

1.5. Serviços de Suporte Mensal 36 (Meses): (ITEM 4)

1.5.1. Serviço de Suporte Técnico para sustentação de ambiente de missão crítica (cluster não produtivo / produtivo);

1.5.2. Contratação de suporte técnico para acompanhamento e apoio à sustentação das soluções Red Hat, de acordo com as necessidades dos serviços, sistema e infraestrutura da ANTT;

1.5.3. Apoio ao time técnico da ANTT para análise e resposta rápida a incidentes;

1.5.4. Apoio e acompanhamento de mudanças nos ambientes de missão crítica que utilizem os produtos Red Hat;

1.5.5. Suporte proativo para verificações da saúde e performance dos produtos Red Hat;

1.5.6. Relatórios técnicos e gerenciais periódicos das soluções Red Hat;

1.5.7. Avaliação das novas versões dos produtos em compatibilidade com a infraestrutura da ANTT;

1.5.8. Execução e Acompanhamento das atualizações das soluções e aplicação de patches;

1.5.9. Profissionais na modalidade remota;

1.6. Serviços Consultoria Técnica Especializada Red Hat para implantação dos produtos e execução de serviços de catálogo: (ITEM 5)

1.6.1. A Tabela I, a seguir, detalha as atividades, tipos de demandas e solicitações, que poderão ser feitas pelo CONTRATADA;

Item	Descrição	UST
1	Auxílio para o desenvolvimento de funcionalidades técnicas com a utilização de ferramental disponíveis na plataforma Red Hat;	96
2	Suporte na manutenção dos sistemas pós-implantação para a verificação e correção de possíveis erros de parametrização e otimização das aplicações operando na plataforma Red Hat;	96
3	Elaboração de documentação técnica e de usuário;	48

4	Transferência de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento, implantação e manutenção de aplicações em ambiente Red Hat;	48
5	Levantamento de informações junto aos usuários, objetivando auxiliar a definição e elaboração de aplicações/sistemas;	60
6	Avaliar requisitos tecnológicos, definir arquitetura e projeto de infraestrutura para a construção de soluções;	240
7	Apoio na construção de novas funcionalidades e casos de uso em linguagem suportada pelo middleware da Red Hat;	60
8	Apoio na resolução de problemas e defeitos de código identificados em funcionalidades já existentes;	192
9	Realização de operação assistida e monitoramento de ambientes entregues com soluções Red Hat.	40
10	Orientar na utilização dos softwares Red Hat instalados no CONTRATANTE com a utilização das melhores práticas e orientações dos fabricantes;	24
11	Orientar e auxiliar na solução das questões referentes à utilização das ferramentas implantadas na CONTRATANTE (Linux, Red Hat/ Jboss, e outras plataformas);	32
12	Apoiar na ou instalação e/ou reinstalação do cluster de gerenciamento dos produtos Red hat do CONTRATANTE;	320
13	Apoiar na ou instalação e/ou reinstalação do cluster de operação referente ao produto Red hat do CONTRATANTE;	80
14	Apoiar na atualização ou upgrade de novas versões do cluster CONTRATANTE instalado, minimizando impactos;	40
15	Apoiar na configuração/parametrização do sistema em novas máquinas;	20
16	Orientar no levantamento de informações que possibilite a identificação de novas necessidades, detectadas no ambiente da CONTRATANTE;	16
17	Propor soluções para o bom funcionamento das ferramentas instaladas, garantindo a máxima utilização dos recursos oferecidos;	16
18	Identificar e elaborar proposição de melhoria em performance, desempenho, tuning, disponibilidade e confiabilidade em ambientes com sistema operacional;	32
19	Propor, elaborar e acompanhar procedimentos orientando na configuração dos softwares utilizados no ambiente da Contratada, de forma otimizada, para obter a máxima capacidade de processamento dos servidores;	10

20	Definir procedimentos de instalação e configuração das soluções nos servidores e nas estações de trabalho dos usuários;	8
21	Definir metodologia, elaborar relatórios e projetos e acompanhar a configuração e utilização de solução de alta disponibilidade, repassando aos técnicos da TI da CONTRATANTE as melhores práticas para uso das plataformas existentes, quanto a parametrização e configuração dos componentes e ferramentas utilizadas na CONTRATANTE;	40
22	Esclarecer dúvidas e orientar os técnicos de TI da CONTRATANTE, sobre integração das soluções implantadas, abrangendo as diversas plataformas existentes no ambiente computacional da CONTRATANTE;	8
23	Sugerir configurações para as soluções adequadas aos produtos Red Hat instalados na CONTRATANTE;	8
24	Prestar orientação em caso de dúvidas e dificuldades na utilização do ambiente;	4
25	Apoiar a homologação de novas soluções ou de mudanças de infra-estrutura, com análise do impacto no ambiente;	24
26	Analisar e entender as necessidades tecnológicas e fornecer aconselhamento e apoio em decisões;	24
27	Sugerir alterações no ambiente para melhor utilização das funcionalidades disponibilizadas pela ferramenta;	8
28	Realizar diagnóstico do ambiente e propor ajustes e melhorias;	16
29	Apoiar na melhoria de utilização da ferramenta;	16
30	Apoiar na melhoria dos controles e monitoramento do ambiente, sugerindo métricas, thresholds e indicadores de acompanhamento;	16
31	Apoiar no planejamento, na execução e na avaliação das mudanças no ambiente;	10
32	Analisar patches, correções e novas versões e sugerir a aplicação ou não dos mesmos no ambiente;	8
33	Apoiar no planejamento, na execução e na avaliação das atualizações de versões e aplicação de patches da ferramenta;	20
34	Apoiar no planejamento, na execução e na avaliação de implantação de novas aplicações ou atualização de aplicações no ambiente;	20
35	Condução técnica de resolução de problemas e solicitações de recursos entre a gestão de produtos Red Hat e o time de engenharia (acesso direto à engenharia,	20

	sem necessidade de escalar pelos diversos níveis de suporte);	
36	Orientação para identificação de causa de falhas do software contratado e seus componentes e apoio a recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados;	8
37	Promover análise ("heathcheck") do ambiente suportado por produtos Red Hat com objetivo de diagnosticar possíveis falhas e melhorias.	32
38	Levantamento e definição da necessidade, criação de 01 playbook de automação, configuração de Templates.	32
39	Suporte na configuração de novas máquinas virtuais na camada de virtualização da plataforma de gerenciamento de contêineres.	8
40	Suporte e auxílio na migração de aplicações para a plataforma Red hat de gerenciamento de contêineres.	160
41	Conduzir atividades de planejamento dos serviços, liderança e acompanhamento da equipe técnica na execução do projeto, com os devidos reportes e documentação da ordem de serviços.	40

1.6.2. Os serviços do objeto serão demandados conforme necessidade por meio de Ordens de Serviço (OS) emitidas pela CONTRATANTE e encaminhadas à CONTRATADA por meio de sistema de gerenciamento de Ordens de Serviço mantido pela CONTRATANTE.

1.6.3. As Ordens de Serviço devem prever o quantitativo de unidades de consultoria a serem consumidas, o período de execução e a descrição dos serviços a serem executados. Os esforços estimados nas ordens de serviço deverão ser levantados e acordados entre a CONTRATADA e CONTRATANTE antes do início da prestação dos serviços da Ordem de Serviços.

1.6.4. O pagamento deverá ser realizado de acordo com a quantidade de horas prevista e vinculada ao item da OS. Qualquer alteração na quantidade de horas deverá ser justificada e previamente aprovada pelo CONTRATANTE.

1.6.5. As atividades planejadas não possuem relação com a mensuração homem/hora. Deverá ser realizado levantamento das necessidades técnicas e elaborado plano de ação com todos os entregáveis que a contratada deverá realizar, a qualidade esperada e o cronograma do projeto que será utilizado como base para o cálculo de horas utilizadas.

1.6.6. O pagamento das horas está condicionado à aceitação dos entregáveis e averiguação do atendimento das necessidades técnicas apontadas no plano de ação, bem como repasse técnico, documentações e relatório final contendo todas as informações referentes às atividades da consultoria. Caso a equipe técnica do CONTRATANTE entenda que a consultoria não atingiu a qualidade exigida, poderá solicitar a repetição e aperfeiçoamento do trabalho sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

1.6.7. Na impossibilidade momentânea de uso do sistema de gerenciamento de Ordens de Serviço, as Ordens de Serviço serão submetidas à Contratada por e-mail ou outro meio hábil, sendo registradas no sistema tão logo volte a estar disponível.

1.6.8. Não haverá em hipótese alguma prestação de serviços sem que estes estejam previstos em Ordem de Serviço.

1.6.9. Estimativa de volume de serviços de Consultoria Técnica Especializada

1.6.10. O volume de serviço estimado foi baseado em contratações anteriores com objeto similar e contempladas em novas necessidades tecnológicas, bem como inovações que não foram previstas em execuções pregressas visando o atendimento das necessidades de Negócio, em total conformidade com o Estudo Técnico Preliminar da Contratação - ETP;

1.6.11. A contratação e execução dos serviços se dará sob demanda, ou seja, conforme as necessidades da CONTRATANTE;

1.6.12. O quadro a seguir consolida a estimativa do volume de serviços a ser contratado no primeiro ano:

Serviços	Estimativa Inicial a ser contratada em horas
Consultoria Técnica Especializada Red Hat para implantação dos produtos e execução de serviços de catálogo.	2.000

1.6.13. Ressalta-se que a CONTRATANTE não está obrigada a consumir toda a estimativa acima, envidando-se esforços para que a operação e os serviços contratados sejam entregues obedecendo o princípio da eficiência, que é prerrogativa do corpo de fiscalização e gestão contratual.

1.6.14. Os perfis propostos para a jornada e suas principais responsabilidades estão descritas na seção abaixo:

1.6.15. **Gerente de Projetos**

1.6.16. O Gerente de Projetos é responsável por:

1.6.17. Engajamento do escopo proposto, buscando a satisfação do usuário

1.6.18. Envolver o time para garantir os objetivos de cada meta estabelecida;

1.6.19. Ser o ponto focal de escalção para os problemas e endereçar os conflitos;

1.6.20. Definir o backlog das atividades em conjunto com o cliente e com o Arquiteto Red Hat;

1.6.21. Suportar as atividades diárias do time e facilitar práticas e cerimônias ágeis que visem a melhor comunicação da equipe do projeto, revisão do backlog, metas da sprint e entregáveis realizados;

1.6.22. Alinhar os requisitos e recursos junto com o time, validar o funcionamento da estrutura organizacional do time e administrar a equipe no cliente;

1.6.23. Monitorar e acompanhar o progresso das atividades por meio de ferramentas pré-acordadas, fornecendo feedback e atualizações para a Red Hat e a equipe do cliente;

1.6.24. Ajuda na comunicação entre a equipe do cliente externa do projeto e a equipe RH, modificando suas interações para maximizar o valor criado pelo projeto;

1.6.25. Ajudar o Product Owner ou responsável pelo entregável a encontrar técnicas para gerenciar o Backlog de maneira eficaz;

1.6.26. Criar um ambiente seguro para os participantes do projeto para o desenvolvimento de suas atividades e habilidades;

1.6.27. Confirmar requerimentos para execução dos trabalhos e garantir a participação da equipe necessária; e

1.6.28. Antecipar problemas recomendando ações corretivas escalando os problemas aos gestores que forem necessários.

1.6.29. **Arquiteto especialista:**

1.6.30. O arquiteto especialista é responsável pelo direcionamento técnico dos consultores envolvidos no projeto, garantindo a arquitetura e planejamento previsto na etapa de venda. Ainda, também atuará realizando a ponte entre os aspectos técnicos e aspectos da Gestão do Projeto, bem como validando toda a documentação gerada pelos consultores. Terá atuação parcial durante todas as fases do projeto, direcionando as próximas atividades e revisando as anteriores;

1.6.31. **Consultores técnicos:**

1.6.32. O consultor técnico é responsável pela execução das atividades diárias, em todas as fases do projeto. Possui um perfil técnico, é especializado nos produtos Red Hat, e segue as definições arquiteturas elaboradas em conjunto com o Arquiteto. São exemplos práticos de atividades são: instalação e configuração dos produtos, execução de migrações, tuning, testes de desempenho, definição de arquiteturas, mentoring, workshops, transferência de conhecimento, documentação das atividades, entre outros;

1.6.33. Os serviços de Consultoria Especializada Red Hat deverão atender, no mínimo, os seguintes componentes/ferramentas distribuídos e mantidos pela comunidade e/ou pelo fabricante:

1.6.34. Serviços de consultoria técnica especializada do fabricante, que oferece uma gama de serviços para extrair todo o potencial das soluções Red Hat, desde a instalação e configuração até a solução de problemas e suporte. Quando a organização necessita de apoio especializado para criar aplicações aprimoradas, solucionar outros desafios de TIC, melhorar a infraestrutura ou otimizar a arquitetura TIC e a entrega, este serviço propõe encontrar soluções para atendimento das necessidades de negócio;

1.6.35. A consultoria técnica especializada deve ser capaz de abranger todos os elementos e itens da solução, contemplando implementação e integração dos componentes da solução ofertada, inclusive migração e integração com tecnologias já preexistentes;

1.6.36. A consultoria técnica deverá apoiar na execução de projetos que exijam profissionais especializados nos produtos Red Hat, para execução de atividades como:

1.6.37. Modernização das plataformas preexistentes;

1.6.38. Avaliar e implementar as soluções de nuvem híbrida, para agilizar a entrega e melhorar a eficiência com redução de custos;

1.6.39. Gerenciamento de apps nativos em nuvem;

1.6.40. Orientar equipes para modernizar e simplificar o desenvolvimento de apps nativos em nuvem com containers;

1.6.41. Adoção da automação, com criação de fluxos de trabalho de automação previsíveis e governados em toda a organização; e

1.6.42. Adoção de estratégia para migração das cargas de trabalho.

3. REQUISITOS GERAIS

- 3.1. Possuir interface em inglês ou português (Brasil);
- 3.2. Possuir serviço de atualização, consistindo nas alterações corretivas que forem necessárias ao perfeito funcionamento das Subscrição para plataforma Red Hat Enterprise Linux, bem como as alterações evolutivas representadas por novas versões ou “releases”;
- 3.3. Permitir as atualizações da subscrição para plataforma Red Hat Enterprise Linux de maneira automática, utilizando-se de repositórios de acesso seguros, fornecidos para solução;
- 3.4. Permitir a possibilidade de upgrade e downgrade da versão do software sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- 3.5. Especificamente quanto aos componentes da plataforma Red Hat Enterprise Linux, deverão ser homologados para execução no sistema operacional adotado pela CONTRATANTE; e
- 3.6. Todos os softwares e módulos das licenças Red Hat Enterprise Linux ofertados devem ser suportados na modalidade de subscrição.
- 3.7. **A subscrição:**
 - 3.7.1. Deverá abranger todo o escopo do projeto;
 - 3.7.2. Deverá cobrir todos os servidores físicos ou virtuais estipulados;
 - 3.7.3. Não deverá haver restrições técnicas em relação à quantidade de usuários que farão acesso simultâneo à solução;
 - 3.7.4. Não serão admitidos quaisquer componentes de software em versões inferiores as designadas neste documento.
 - 3.7.5. A solução a ser ofertada pela licitante, onde os dados serão persistidos e/ou processados deverá ser inteiramente open source, garantido que a CONTRATANTE possa manter uma política futura de escolha para o gerenciamento dos dados.
 - 3.7.6. A interface integrada de administração não poderá causar overhead nos servidores de bancos de dados por ela gerenciados;
 - 3.7.7. A interface integrada de administração deverá permitir a utilização de repositórios dos softwares que melhor atendam às necessidades da CONTRATANTE, podendo ou não armazená-los localmente;
 - 3.7.8. A interface integrada de administração deverá permitir a identificação das alterações realizadas nos arquivos de configuração, que forem por ela manipulados; e
 - 3.7.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar um acesso a base de conhecimento da solução entregue para consultas de documentos técnicos, soluções de problemas.

4. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

4.1. Características de Rede:

- 4.1.1. Ser compatível com os serviços DNS (Domain Name Server);
- 4.1.2. Ser compatível com um dos seguintes protocolos de transporte: TCP (Transmission Control Protocol) ou UDP (User Datagram Protocol);
- 4.1.3. Permitir a configuração do número da porta TCP/UDP (definida pela CONTRATANTE) dos componentes do produto, visando estabelecimento de qualidade de serviço (QoS); e
- 4.1.4. Ser compatível com o protocolo TCP/IP (Internet Protocol) versão 4 (IPv4).

4.2. Navegadores Web:

- 4.2.1. Chrome, versão 16 e superiores;
- 4.2.2. Firefox versão 23 e superiores;

4.3. Sistemas Operacionais suportados para instalação:

- 4.3.1. Distribuições Linux: CentOS versão 7.5 e superiores, ou Red Hat Enterprise Linux versão 7.5 e superiores.

4.4. Ser compatível com a seguinte arquitetura de Hardware:

- 4.4.1. Processadores físicos multinúcleos, no padrão CISC(x86), com extensões 64 bits e instruções de virtualização assistida por hardware;
- 4.4.2. Executar em plataforma x86 de 64 bits;
- 4.4.3. Servidores que operem com memória RAM de 64GB ou superior.

4.5. Compatibilidade com ambiente virtualizado:

- 4.5.1. VMware vSphere Hypervisor (ESXi) 5.1 e versões superiores, Hyper-V, VirtualBox e oVirt Manager/Nodes 4.3.10.
- 4.5.2. Cada software componentes da solução deverá ser entregue com toda documentação técnica (em inglês ou português brasileiro), contendo suas especificações detalhadas (drivers, sistema operacional, etc.);
- 4.5.3. A documentação técnica exigida refere-se aos manuais necessários à instalação e configuração da solução, contendo informações detalhadas e atualizadas sobre a instalação, operação e administração com índice analítico, podendo este ser em formato impresso ou digital.

5. REQUISITOS PARA O SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO 24X7 e 8x5 COM NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO (SLA)

- 5.1. A subscrição incluindo o serviço de suporte técnico e a assistência para o Sistema Red Hat Enterprise Linux que compõem a solução será de 36 (trinta e seis) meses.

5.2. O suporte técnico contempla atividades como:

5.2.1. Gestão de Eventos e Incidentes: a gestão de incidentes é uma prática que tem como objetivo principal o restabelecimento da operação normal do serviço o mais rápido possível, minimizando os prejuízos à operação do negócio e garantindo assim o melhor nível de serviço e disponibilidade;

5.2.2. Atendimento para manutenção corretiva e preventiva de falhas de qualquer severidade, estendida às configurações e parametrizações, realizado por meio de profissionais especialistas no Sistema Red Hat Enterprise Linux;

5.2.3. Orientações sobre uso, configuração e instalação do Sistema Red Hat Enterprise Linux e seus componentes;

5.2.4. Questões sobre compatibilidade e interoperabilidade do Sistema Red Hat Enterprise Linux e seus componentes;

5.2.5. Interpretação da documentação do Sistema Red Hat Enterprise Linux e seus componentes pertencentes;

5.2.6. Orientações para identificação de causa de falhas do Sistema Red Hat Enterprise Linux e seus componentes;

5.2.7. Suporte, atuando em problemas relacionados aos produtos, componentes e softwares da solução;

5.2.8. Instalação, configuração, ajustes e manutenção das ferramentas e componentes da solução;

5.2.9. Identificação e correção de problemas;

5.2.10. Ajustes e configurações conforme manuais e normas técnicas da plataforma da solução ofertada;

5.2.11. Assistência técnica especializada para investigar, diagnosticar e resolver incidentes e problemas relativos aos produtos fornecidos;

5.2.12. Fornecimento de informações e esclarecimentos de dúvidas sobre instalação, administração, configuração, parametrização, otimização ou utilização dos produtos adquiridos;

5.2.13. Implementação e validação de trilhas de auditoria;

5.2.14. Orientação para análise e sugestões de melhoria do ambiente;

5.2.15. Definição, implementação e execução de testes periódicos;

5.2.16. Orientação para a execução de procedimentos de atualizações da solução;

5.2.17. Criação e execução periódica de serviços de monitoramento de instâncias do Sistema Red Hat Enterprise Linux que facilitem o acompanhamento do desempenho e a antecipação e a resolução de problemas;

5.2.18. Intervenção no código fonte do Sistema Red Hat Enterprise Linux e demais componentes quando identificada como necessária para soluções de contorno ou resolução definitiva de problemas de nível crítico;

5.2.19. Prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas, de forma a garantir o correto funcionamento dos componentes/ferramentas do Sistema Red Hat Enterprise Linux, de acordo com as melhores práticas publicadas pela comunidade;

5.2.20. O suporte técnico, nas modalidades 24X7 e 8x5, será contratado para cada equipamento servidor/nó (físico/virtual), prevê estrita observância do Acordo de Nível Mínimo de Serviço definido no Acordo de Nível de Serviços;

5.2.21. A abertura de chamados de suporte será o meio pelo qual a CONTRATANTE formalizará a necessidade de manutenção e suporte junto à CONTRATADA;

5.2.22. Não haverá custos adicionais para a CONTRATANTE por este serviço acessório, quando da abertura de chamados técnicos e, também, não haverá limites para a quantidade de chamados;

5.2.23. A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento em regime 24X7 e 8x5, possibilitando o contato direto com a equipe de suporte, objetivando a abertura de chamados e a resolução de problemas e dúvidas quanto ao funcionamento da solução;

5.2.24. O suporte deve ser em português (Brasil);

5.2.25. A abertura de chamados deverá, preferencialmente, ser efetuada por meio de sistema específico de gestão de chamados em língua portuguesa, disponibilizado na Internet pela CONTRATADA, mediante acesso autenticado com login exclusivo da CONTRATANTE;

5.2.26. Os chamados poderão ser abertos diretamente com a CONTRATADA, através de ligação telefônica gratuita (0800) no idioma português (Brasil), website, e-mail, sendo de obrigatoriedade o registro no sistema de gestão de chamados;

5.2.27. O sistema de chamados deve ser em língua portuguesa e permitir a abertura, acompanhamento, listagem e fechamento de chamados;

5.2.28. Todos os chamados, independentemente de sua criticidade, deverão receber um número único de identificação (protocolo) e deverá registrar ao menos as seguintes informações:

- 5.2.28.1. Data e hora da abertura do chamado;
- 5.2.28.2. Identificação do solicitante;
- 5.2.28.3. Identificação do atendente;
- 5.2.28.4. Nível de severidade da ocorrência;
- 5.2.28.5. Descrição da Ocorrência;

- 5.2.28.6. Histórico de atendimento;
- 5.2.28.7. Descrição da resolução;
- 5.2.28.8. Data e hora do encerramento; e
- 5.2.28.9. Responsável pelo encerramento.

5.2.29. Os chamados técnicos poderão ser atendidos nas modalidades web ou telefônico, remotamente, desde que utilizando ferramenta de acesso remoto seguro e fornecida pela CONTRATADA.

5.2.30. Antes do fechamento de cada chamado, a CONTRATADA deverá consultar a CONTRATANTE para obter o ateste final. Entende-se por atendimento terminado quando o fato motivador de sua abertura for verificado pela CONTRATANTE, não mais existir e dado o ateste através do sistema da CONTRATADA, registrando-se data e hora do fechamento.

5.2.31. Chamados fechados sem anuência da CONTRATANTE ou sem que os problemas tenham sido de fato resolvidos deverão ser reabertos e os prazos serão contados a partir da abertura original dos chamados, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.

5.2.32. Para fins de cálculo do período decorrido para solução da ocorrência de software, será contabilizado o prazo entre a formalização e o fechamento efetivo da ocorrência – seja essa solução de caráter definitivo ou provisório com a disponibilização de solução de contorno.

5.2.33. Em caso de impossibilidade da disponibilização de solução de contorno ou definitiva das ocorrências de software, dentro dos prazos estabelecidos, a CONTRATADA deverá, ainda dentro destes prazos, emitir um parecer com justificativa e previsão de novo prazo, contendo o histórico de maior abrangência possível das atividades desenvolvidas desde a abertura do respectivo chamado, podendo a CONTRATANTE aceitar ou não a justificativa.

5.2.34. Relativamente à manutenção corretiva de software, os componentes danificados deverão ser substituídos, entregues, instalados e configurados, de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades operacionais.

5.2.35. Qualquer manutenção e/ou intervenção por solicitação da CONTRATADA da solução, mesmo não implicando inoperância da solução ou alteração de suas características, deverá ser agendada e acordada previamente com a CONTRATANTE.

5.2.36. Durante todo o período de prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, um relatório em português (Brasil) contendo o registro de todas as ocorrências de suporte técnico do mês ou indicar a maneira de obtê-lo no sistema de abertura de chamados.

5.2.37. A CONTRATADA manterá cadastro das pessoas indicadas pela CONTRATANTE, as quais poderão efetuar abertura e autorizar o fechamento de chamados, de maneira a evitar que pessoas não autorizadas possam acionar o serviço.

5.2.38. O atendimento deverá ser efetuado por profissional(is) certificado(s) e capacitado(s) com conhecimentos sobre toda a solução.

5.2.39. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo com a devida autorização da CONTRATANTE, nos termos do art. 122 da Lei 14.133/21.

6. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

6.1. Os chamados técnicos deverão ser classificados e atendidos de acordo com o nível de criticidade do problema ou demanda que o originou, sendo a classificação dividida em 4 níveis:

6.1.1. **Crítica:** problema causa comprometimento ou interrupção de funcionalidades essenciais para a operação do negócio, com perda ou paralisação total de sistemas em produção e a situação constitui uma emergência;

6.1.2. **Alta:** problema interrompe operações, mas é mantida a operação do ambiente, ainda que com restrições de desempenho ou de funcionalidades não essenciais;

6.1.3. **Média:** problema não causa nenhuma perda de funcionalidade, constitui erro irrelevante, comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema;

6.1.4. **Baixa:** esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas. Um chamado técnico pode, a depender da evolução da gravidade do problema, ser escalado de graduação de severidade, com os prazos de solução do problema sendo considerados o do novo nível de severidade e começando a ser contabilizados a partir do momento da escalação do chamado ao novo nível.

6.2. Para chamados de severidade Crítica, Alta, Média ou Baixa, no início dos atendimentos realizados e os prazos de solução estão especificados na tabela a seguir:

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇOS							
Severidade	Descrição	Prazo de atendimento					
		TMIA		TMSO		TMSDC	
		24x7	8x5	24x7	8x5	24x7	8x5

Crítica	Problema causa comprometimento ou interrupção de funcionalidades essenciais para a operação do negócio, com perda ou paralisação total de sistemas em produção e a situação constitui uma emergência.	15min	2h	4h	8h	24h	48h
Alta	Problema interrompe operações, mas é mantida a operação do ambiente, ainda que com restrições dedesempenho ou de funcionalidades não essenciais.	30min	3h	8h	24h	48h	60h
Média	a) Problema não causa nenhuma perda de funcionalidade, constitui erro irrelevante comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema.	2h	4h	24h	48h	60h	72h
Baixa	Esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas.	8h	8h	48h	48h	72h	72h

- a. **TMIA** – Tempo Máximo para o Início do Atendimento;
- b. **TMSO** – Tempo Máximo para Solução Operacional, requerido para que o serviço ou o sistema impactado volte a funcionar, independentemente de ter sido resolvida a causa raiz do problema;
- c. **TMSDC** – Tempo Máximo para a Solução Definitiva do Chamado, situação em que o serviço esteja plenamente funcional e a causa raiz do problema é eliminada.

6.3. Esgotado o prazo e as possibilidades de resolver o incidente remotamente, a CONTRATADA estará obrigada a comparecer nas dependências do CONTRATANTE na obrigação de continuar o atendimento de forma presencial, por meio do comparecimento de profissional capacitado em até 24 (vinte e quatro) horas, sem custos adicionais para o CONTRATANTE, em observância à supremacia do interesse público de reverter situações de indisponibilidade.

6.4. No atendimento dos chamados, para efeitos de apuração do tempo gasto pela CONTRATADA, para a disponibilização da solução definitiva, serão desconsiderados os períodos em que a CONTRATANTE estiver responsável por executar ações necessárias para a análise e solução da ocorrência.

6.5. Considerando que a solução da ocorrência pode envolver, em caso de falha irreversível em qualquer componente, a necessidade de sua troca, mesmo com a adoção de solução de contorno e respeitando os prazos definidos para cada severidade informada, deverá ser providenciada pela CONTRATADA a troca dos componentes no prazo máximo de até 15 dias úteis, a partir da formalização da falha irreversível e aplicação da solução de contorno, devidamente informados no sistema de chamados ou por e-mail.

7. SERVIÇO DE SUPORTE PARA O SISTEMA RED HAT ENTERPRISE LINUX NA INFRAESTRUTURA DA ANTT.

7.1. O serviço de suporte para a plataforma Red hat enterprise linux será executado mensalmente contemplando as seguintes atividades:

7.1.1. O apoio técnico aos Profissionais de TI da ANTT no ambiente;

7.1.2. O acompanhamento técnico, On-Site, assim como, um trabalho proativo na área de infraestrutura, objetivando garantir a melhor adoção das tecnologias;

7.1.3. A orientação na criação e manutenção de projetos de infraestrutura e de aplicativos, acompanhando sua configuração, instalação e implantação, com monitoramento e gerenciamento do desempenho dos servidores físicos e virtuais;

7.1.4. Avaliar, diagnosticar e propor aperfeiçoamento de aplicativos buscando a total integração entre eles, interagindo nas diversas plataformas implantadas;

7.1.5. Propor ações de segurança do ambiente e código (precauções e restrições);

7.1.6. Gerar projetos personalizações da solução, otimizando a utilização dos recursos computacionais disponíveis;

7.1.7. Integrar os sistemas corporativos e propor padronizações adotando os conceitos da disciplina de usabilidade;

7.1.8. Migração de dados.

7.1.9. A orientação e manutenção de projetos de Extração, Transformação e Carga de Dados- ETL, acompanhando sua configuração, instalação e implantação, com monitoramento e gerenciamento do desempenho;

7.1.10. A Avaliação, o diagnóstico e a proposta de aperfeiçoamento de infraestrutura de TI buscando a integração entre os sistemas existentes;

7.1.11. A proposta de ações de segurança do ambiente Extração, Transformação e Carga de Dados - ETL e dos códigos (precauções e restrições);

7.1.12. A identificação de problemas relacionados à baixa performance no ambiente computacional, corrigindo problemas e otimizando sistemas de Extração, Transformação e Carga de Dados - ETL, elaborando relatório de causas e soluções;

7.1.13. A realização de serviços de mentoring de forma geral com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos Extração, Transformação e Carga de Dados - ETL;

7.1.14. A orientação e manutenção de projetos de infraestrutura, acompanhando sua configuração, instalação e implantação, com monitoramento e gerenciamento do desempenho dos servidores físicos e virtuais;

7.1.15. A proposta de ações de segurança do ambiente e do código (precauções e restrições);

7.1.16. A identificação de problemas relacionados à baixa performance no ambiente computacional, corrigindo problemas e otimizando sistemas, elaborando relatório de causas e soluções;

7.1.17. A realização de serviços de mentoring de forma geral com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos computacionais disponíveis.

7.2. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao registro da solicitação de abertura da Ordens de Serviço (OS), para se reunir com o solicitante, remotamente ou presencialmente, com a finalidade de definir o escopo e forma de tratamento da demanda apresentada. Nesta reunião a CONTRATADA obterá os insumos necessários para realizar a definição do número de horas e do cronograma de execução da respectiva Ordem de Serviço (OS). A data da reunião deverá ser agendada em comum acordo com a CONTRATANTE.

7.3. Os serviços de suporte compreendem o atendimento de demandas para elaboração de diagnósticos, levantamento de requisitos, análise e modelagem de dados, operação assistida, manutenções evolutivas e adaptativas, expansão dos cenários, melhoria de processos, desenvolvimento de soluções/aplicações de interface de usuários para coleta e/ou entrada de dados.

7.4. O atendimento sob demanda deverá ser efetuado por profissional(is) certificado(s) e capacitado(s) com conhecimentos sobre toda a SOLUÇÃO, especificamente nos ambientes da área de Tecnologia da Informação, que deverão ser obrigatoriamente acompanhados por funcionário da CONTRATANTE, mediante solicitação via Ordem de Serviço, de forma presencial ou por meio de acesso remoto. Todas as despesas decorrentes de transporte, hospedagem e alimentação correrão por conta da CONTRATADA.

7.5. A prestação do serviço deverá ser executada em horário comercial (segunda-feira à sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h), respeitando-se o Calendário local, conforme a quantidade anual de UST estabelecidas bem como o descrito na Ordem de Serviço, salvo definição contrária, realizada em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

7.6. Para execução dos Serviços de suporte será adotada a métrica de UST (Unidades de Serviços Técnicos), que equivale à 1 (uma) hora de trabalho que um profissional leva para gerar determinado produto/artefato, de acordo com a complexidade da atividade, planilha contida no apêndice “B”.

7.7. Cada Ordem de Serviço deverá ser dimensionada em conjunto com o Gestor de Contrato e equipe técnica designado pela CONTRATANTE, sendo o escopo mínimo de 8 horas.

7.8. A quantidade de UST definida para contratação dos serviços especializados, reflete uma previsão de aquisição, não implicando, por conseguinte, em obrigatoriedade da CONTRATANTE em

consumir todo o quantitativo de UST de consultoria estratégica, durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração das propostas das empresas licitantes.

7.9. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante abertura de ordem de serviço (OS) por parte do fiscal do contrato, em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE ao longo da contratação. Uma ordem de serviço só é válida após aprovada pelo fiscal técnico e autorizada pelo fiscal administrativo do contrato, todos designados pela CONTRATANTE.

7.10. Cada ordem de serviço deverá contemplar um conjunto de Produtos (entregáveis) que serão parte integrante dos itens de avaliação dos serviços executados e resultados alcançados, devendo ainda conter:

7.10.1. Escopo dos serviços a serem executados com a previsão detalhada da quantidade de UST's prevista em cada atividade;

7.10.2. Cronograma;

7.10.3. Produtos e artefatos que serão entregues; e

7.10.4. Equipe técnica responsável.

7.11. A solicitação de serviço será preenchida pela unidade requisitante do serviço, aprovada pelo fiscal técnico, autorizada pelo gestor do contrato e encaminhada ao preposto da empresa contratada;

7.12. A partir do recebimento da solicitação de serviço, a empresa contratada deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, apresentar um plano de trabalho especificando todas as atividades, perfis profissionais e UST necessárias ao atendimento da solicitação de serviços. O plano de trabalho deverá ser aprovado pelo fiscal técnico demandante e autorizado pelo gestor do contrato.

7.13. Apresentação pela empresa contratada, manifestar-se formalmente quanto ao plano de trabalho, seja aprovando-o ou reprovando-o com as devidas considerações. Poderá ainda, antes de aprová-lo ou reprová-lo, solicitar informações complementares ou propor pequenos ajustes para que melhor atenda ao objeto contratual e ao interesse público.

7.14. Caso a CONTRATANTE solicite mais informações ou pequenos ajustes no plano de trabalho, esses deverão ser apresentados pela empresa contratada em até 05 (cinco) dias úteis contados da data de solicitação, sendo admitida a prorrogação de prazo desde que justificada pela empresa contratada antes do vencimento do prazo e aceita pela CONTRATANTE.

7.15. Caso os ajustes requeridos sejam derivados de mudança de escopo, de tecnologia ou de novas necessidades da CONTRATANTE que impliquem toda uma reedição do plano de trabalho apresentado, esse terá seu recebimento definitivo e caberá à CONTRATANTE requerer sua reedição por meio de nova solicitação de serviço.

7.16. Caso a empresa contratada não concorde com as alterações propostas pela CONTRATANTE, haverá negociação, na qual as partes apresentarão suas considerações, fundamentando-se nos aspectos de qualificação e quantificação dos produtos/artefatos, na justa remuneração dos serviços e no interesse público.

7.17. Após as negociações e tratativas realizadas com a empresa contratada, caso a CONTRATANTE não aprove o plano de trabalho, deverá informar os motivos da reprovação, com as consequências previstas contratualmente. Caso a CONTRATANTE aprove o plano de trabalho deverá emitir outra ordem de serviço.

7.18. Todos os serviços poderão ser executados de forma remota ou nas dependências da CONTRATANTE em local a ser designado pela empresa contratada com anuência da CONTRATANTE, devendo esta prover os recursos necessários para a execução dos serviços.

7.19. A ordem de serviço é o instrumento administrativo legal que autoriza a prestação do serviço e a qual servirá de consulta base para fins de recebimento provisório, definitivo e faturamentos.

7.20. Uma ordem de serviço somente é encerrada quando todas as atividades a ela associadas estiverem finalizadas ou, para aquelas não finalizadas, houver justificativa aceita pelo fiscal técnico para a sua não execução.

7.21. O não cumprimento dos prazos determinados nos instrumentos de gestão desta contratação sujeitará a empresa contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato.

7.22. No caso de necessidade de alteração ou suspensão da ordem de serviço após seu encaminhamento à empresa contratada e antes do início de sua execução, a CONTRATANTE deverá cancelar a ordem de serviço e, se for o caso, abrir uma nova, reiniciando assim a contagem do prazo máximo para o início da prestação dos serviços.

7.23. Para fins de aferição dos indicadores, somente serão consideradas as ordens de serviço formalmente encerradas.

7.24. Após o início da execução de uma ordem de serviço, caso haja necessidade da CONTRATANTE de alterar os termos estabelecidos, essa poderá ser encerrada ou complementada por meio de emissão de uma solicitação de mudança de serviço.

7.25. Caso seja emitida uma solicitação de mudança de serviço, o prazo para alocação dos recursos necessários a execução de novos serviços solicitados será o mesmo daquele admitido para início da execução de uma ordem de serviço.

7.26. Caberá à empresa contratada avaliar se a solicitação de mudança de serviços emitida afetar o prazo para realização da ordem de serviço, solicitando a ampliação do prazo inicial, se for o caso, demonstrando tecnicamente a impossibilidade de se concluir o serviço no prazo determinado. O fiscal técnico deverá se manifestar formalmente quanto à concordância ou não com a justificativa para ampliação do prazo inicial, a empresa contratada deverá emitir tempestivamente revisão do plano de trabalho, do qual constem os ajustes decorrentes da solicitação de mudanças e o qual deverá novamente ser remetido para aprovação.

7.27. A empresa contratada, caso não concorde com as condições estabelecidas na ordem de serviço, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar uma nova proposta de execução com a documentação pertinente para validação. Caso haja concordância da CONTRATANTE, a critério desta, a ordem de serviço será reemitida e um novo prazo estabelecido; caso contrário, ou seja, caso a CONTRATANTE recuse a proposta apresentada, a ordem de serviço e os seus prazos ficam mantidos.

7.28. A empresa contratada deverá realizar verificação da qualidade dos produtos gerados antes de sua entrega, cabendo à CONTRATANTE também realizar a verificação da qualidade com vistas ao aceite dos produtos.

7.29. Caso os serviços executados ou os produtos gerados não atendam aos requisitos e à qualidade exigidos, a CONTRATANTE deverá fazer os apontamentos necessários na ordem de serviço, determinar prazo para regularização e devolvê-la à empresa contratada para os ajustes cabíveis, sem prejuízo do disposto nos requisitos para recebimento definitivo e penalidades contratuais cabíveis.

7.30. Mesmo uma ordem de serviço já fechada poderá ser objeto de auditoria pela CONTRATANTE ou a seu comando e, no caso de observadas incorreções, será aberta nova ordem de serviço, sem remuneração à empresa contratada, para ajustes nos produtos e serviços entregues. Esses registros serão realizados em relatório de auditoria a ser anexado à nova ordem de serviço.

7.31. A empresa contratada, para toda ordem de serviço recebida, deverá gerar os artefatos encomendados de acordo com os respectivos cronogramas, entregando produtos dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as metodologias, procedimentos, métodos e padrões da CONTRATANTE ou por ele indicados.

7.32. Inicialmente, a ANTT disponibilizará uma versão inicial do Catálogo de Serviços constante no APÊNDICE "B". Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA, conjuntamente com a ANTT, deverá atualizar e evoluir o catálogo com todas as atividades referentes aos serviços a serem prestados, detalhando o nível de complexidade, sua criticidade, levando em consideração a especialização do profissional que deverá executar os serviços e a quantidade de USTs.

----- FIM DO APÊNDICE "A" -----

Anexo II - Apêndice B - Catálogo de Serviços.pdf

APÊNDICE “B”

CATÁLOGO DE SERVIÇOS

AMBIENTES TECNOLÓGICOS	ATIVIDADE	TIPO	QTD UST	FATOR COMPLEXIDADE	DEMANDA ESTIMADA/ ANO	TOTAL DE UST	
Infraestrutura	Auxílio para o desenvolvimento de funcionalidades técnicas com a utilização de ferramental disponíveis na plataforma Red Hat;	Rotineira	32	1	3	96	2000
	Suporte na manutenção dos sistemas pós-implantação para a verificação e correção de possíveis erros de parametrização e otimização das aplicações operando na plataforma Red Hat;	Rotineira	32	1	3	96	
	Elaboração de documentação técnica e de usuário;	Rotineira	24	0,5	4	48	
	Transferência de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento, implantação e manutenção de aplicações em ambiente Red Hat;	Rotineira	24	1	2	48	
	Levantamento de informações junto aos usuários, objetivando auxiliar a definição e elaboração de aplicações/sistemas;	Rotineira	20	1	3	60	
	Avaliar requisitos tecnológicos, definir arquitetura e projeto de infraestrutura para a construção de soluções;	Rotineira	60	2	2	240	
	Apoio na construção de novas funcionalidades e casos de uso em linguagem suportada pelo middleware da Red Hat;	Rotineira	40	1,5	1	60	
	Apoio na resolução de problemas e defeitos de código identificados em funcionalidades já existentes;	Rotineira	32	1	6	192	
	Realização de operação assistida e monitoramento de ambientes entregues com soluções Red Hat.	Rotineira	40	1	1	40	

	Orientar na utilização dos softwares Red Hat instalados no CONTRATANTE com a utilização das melhores práticas e orientações dos fabricantes;	Rotineira	24	1	1	24	
	Orientar e auxiliar na solução das questões referentes à utilização das ferramentas implantadas na CONTRATANTE (Linux, Red Hat/ Jboss, e outras plataformas);	Rotineira	16	1	2	32	
	Apoiar na ou instalação e/ou reinstalação do cluster de gerenciamento dos produtos Red hat do CONTRATANTE;	Rotineira	160	1	2	320	
	Apoiar na ou instalação e/ou reinstalação do cluster de operação referente ao produto Red hat do CONTRATANTE;	Rotineira	40	1	2	80	
	Apoiar na atualização ou upgrade de novas versões do cluster CONTRATANTE instalado, minimizando impactos;	Rotineira	40	0,5	2	40	
	Apoiar na configuração/parametrização do sistema em novas máquinas;	Rotineira	20	1	1	20	
	Orientar no levantamento de informações que possibilite a identificação de novas necessidades, detectadas no ambiente da CONTRATANTE;	Rotineira	16	1	1	16	
	Propor soluções para o bom funcionamento das ferramentas instaladas, garantindo a máxima utilização dos recursos oferecidos;	Rotineira	16	1	1	16	
	Identificar e elaborar proposição de melhoria em performance, desempenho, tuning, disponibilidade e confiabilidade em ambientes com sistema operacional;	Rotineira	32	1	1	32	
	Propor, elaborar e acompanhar procedimentos orientando na configuração dos softwares utilizados no ambiente da Contratada, de forma otimizada, para obter a máxima capacidade de processamento dos servidores;	Rotineira	20	0,5	1	10	

	Definir procedimentos de instalação e configuração das soluções nos servidores e nas estações de trabalho dos usuários;	Rotineira	16	0,5	1	8	
	Definir metodologia, elaborar relatórios e projetos e acompanhar a configuração e utilização de solução de alta disponibilidade, repassando aos técnicos da TI da CONTRATANTE as melhores práticas para uso das plataformas existentes, quanto a parametrização e configuração dos componentes e ferramentas utilizadas na CONTRATANTE;	Rotineira	40	1	1	40	
	Esclarecer dúvidas e orientar os técnicos de TI da CONTRATANTE, sobre integração das soluções implantadas, abrangendo as diversas plataformas existentes no ambiente computacional da CONTRATANTE;	Rotineira	16	0,5	1	8	
	Sugerir configurações para as soluções adequadas aos produtos Red Hat instalados na CONTRATANTE;	Rotineira	8	1	1	8	
	Prestar orientação em caso de dúvidas e dificuldades na utilização do ambiente;	Rotineira	8	0,5	1	4	
	Apoiar a homologação de novas soluções ou de mudanças de infra-estrutura, com análise do impacto no ambiente;	Rotineira	24	1	1	24	
	Analisar e entender as necessidades tecnológicas e fornecer aconselhamento e apoio em decisões;	Rotineira	24	1	1	24	
	Sugerir alterações no ambiente para melhor utilização das funcionalidades disponibilizadas pela ferramenta;	Rotineira	8	1	1	8	
	Realizar diagnóstico do ambiente e propor ajustes e melhorias;	Rotineira	16	1	1	16	
	Apoiar na melhoria de utilização da ferramenta;	Rotineira	16	1	1	16	
	Apoiar na melhoria dos controles e monitoramento do ambiente, sugerindo métricas, thresholds e indicadores de acompanhamento;	Rotineira	16	1	1	16	
	Apoiar no planejamento, na execução e na avaliação das mudanças no ambiente;	Rotineira	20	0,5	1	10	

	Analisar patches, correções e novas versões e sugerir a aplicação ou não dos mesmos no ambiente;	Rotineira	8	1	1	8
	Apoiar no planejamento, na execução e na avaliação das atualizações de versões e aplicação de patches da ferramenta;	Rotineira	20	1	1	20
	Apoiar no planejamento, na execução e na avaliação de implantação de novas aplicações ou atualização de aplicações no ambiente;	Rotineira	20	1	1	20
	Condução técnica de resolução de problemas e solicitações de recursos entre a gestão de produtos Red Hat e o time de engenharia (acesso direto à engenharia, sem necessidade de escalar pelos diversos níveis de suporte);	Rotineira	20	1	1	20
	Orientação para identificação de causa de falhas do software contratado e seus componentes e apoio a recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados;	Rotineira	8	1	1	8
	Promover análise ("heathcheck") do ambiente suportado por produtos Red Hat com objetivo de diagnosticar possíveis falhas e melhorias.	Rotineira	32	1	1	32
	Levantamento e definição da necessidade, criação de 01 playbook de automação, configuração de Templates.	Rotineira	32	1	1	32
	Suporte na configuração de novas máquinas virtuais na camada de virtualização da plataforma de gerenciamento de contêineres.	Rotineira	8	1	1	8
	Suporte e auxílio na migração de aplicações para a plataforma Red hat de gerenciamento de contêineres.	Rotineira	160	1	1	160
	Conduzir atividades de planejamento dos serviços, liderança e acompanhamento da equipe técnica na execução do projeto, com os devidos reportes e documentação da ordem de serviços.	Rotineira	40	1	1	40

1.1. Para execução dos Serviços de suporte será adotada a métrica de UST (Unidades de Serviços Técnicos), que equivale à 1 (uma) hora de trabalho que um profissional leva para gerar determinado produto/artefato, de acordo com a complexidade da atividade.

Complexidade	Equivalência (UST)
Baixa	0,5 UST
Média	1,0 UST
Alta	1,5 UST
Especialista	2,0 UST

----- FIM DO APÊNDICE “B” -----

Anexo III - Apêndice C - Equipe Técnica e Qualificação Profissional.pdf

APÊNDICE “C”

EQUIPE TÉCNICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

1. DA MENSURAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS ASSOCIADOS

1.1. Na tabela de catálogo de serviços foi realizado o planejamento dos serviços necessários para atender as necessidades do PDTI 2021/2024 em relação aos serviços de apoio técnico especializado para Plataforma Livre de Red Hat, pela ANTT descritas, mas, não se limitando, **no Apêndice “D”**.

1.2. Esses serviços serão executados sob regime de demanda, a partir da emissão de Ordens de Serviços específicas, com objetos e objetivos claros, definição de metas e pontos de controle para mensuração de resultados esperados, conforme condições a seguir:

1.2.1. Os serviços serão mensurados de acordo com metodologia de gestão e acompanhamento das atividades desempenhadas, baseando-se o esforço em volume de UST (Unidade de Serviço Técnico) efetivamente executadas, correspondentes a cada uma das frentes de trabalho definidas;

1.2.2 A unidade de referência adotada para validação da UST é inicialmente equivalente à uma hora de trabalho de serviços técnicos. No entanto, dada a variação na complexidade das atividades existentes nas tarefas previstas e, também, na criticidade de uso do serviço em relação ao funcionamento do mesmo com a finalidade principal da ANTT, fez-se necessário criar outros níveis de complexidade para tais atividades. Assim, foram definidos quatro níveis de complexidade: Baixa, Média, Alta e Especialista;

1.2.3. Diretamente proporcional à elevação do nível de complexidade da atividade especificada ou de sua criticidade, eleva-se a especialização do profissional que dará cumprimento a cada rotina da demanda, e, por consequência, a quantidade de UST deverá ser

ajustada para que a CONTRATADA seja adequadamente remunerada pelo uso do profissional alocado; e

1.2.4. A adoção do valor de referência único facilita à contabilização dos serviços, exigindo do corpo técnico demandante e do fiscalizador do contrato a definição do grau de complexidade para a execução de cada atividade e o valor de cada uma das fases, conforme expectativa de tempo e periodicidade de demanda. Para a CONTRATADA, basta custear um valor global para o total de referência estimado, considerando os quantitativos previamente definidos, o que permite sua programação quanto aos recursos técnicos necessários e exigidos pelas obrigações contratuais ou especificações das tarefas, preparando assim as estratégias necessárias para o atendimento dos serviços demandados.

1.3. Ficam definidas na tabela abaixo, as equivalências de UST de acordo com a complexidade:

Complexidade	Equivalência (UST)
Baixa	0,5 UST
Média	1,0 UST
Alta	1,5 UST
Especialista	2,0 UST

1.4. Tendo em vista os parâmetros acima definidos, estima-se o volume de 12.000 (doze mil) Unidades de Serviços Técnicos (UST), de acordo com o número de horas estimadas versus o fator de complexidade.

2. PERFIS PROFISSIONAIS

2.1. Abaixo os requisitos de experiência profissional da equipe para executar os serviços de apoio técnico especializado com base na Complexidade:

2.1.1. **Analista Júnior (Complexidade Baixa):** Responsável por prestar suporte as equipes de desenvolvimento e infraestrutura. Suas funções envolvem um ciclo de planejamento, desenvolvimento, automação e serviço, realizados até obter o produto.

2.1.1.1. Experiências/Qualificações:

- 2.1.1.1.1. Nível Superior completo ou Especialização na área de TI;
- 2.1.1.1.2. Experiência mínima desejável de 02 (dois) anos em suporte as áreas de TI;
- 2.1.1.1.3. Experiência nas tecnologias listadas no Apêndice “D” – Ambiente

Tecnológico:

- a) Em infraestrutura, no mínimo, 3 (três) tecnologias descritas;
- b) Em middleware, no mínimo, 2 (dois) tecnologias descritas e
- c) Em sistema gerenciador de banco de dados, no mínimo, 1 (um) tecnologias descritas.

2.1.1.2. Conhecimentos Específicos:

- 2.1.1.2.1. Aprimoramento contínuo dos serviços, projetos, processos e tecnologias.

2.1.1.2.2. Infraestrutura:

- a) Infraestrutura e administração de servidores;
- b) Infraestrutura e administração de Sistemas Operacionais;
- c) Softwares de versionamento de código;

2.1.1.2.3. Middleware:

- a) Integração e deploy contínuo;
- b) Ferramentas de suporte à integração contínua;
- c) Linguagem de programação.

2.1.1.2.4. Banco de dados:

- a) Administração e utilização de Bancos de dados relacionais e/ou não-relacionais.

2.1.1.3. Modo de Comprovação:

- 2.1.1.3.1. Registro em Carteira de Trabalho ou contrato(s) executado(s) pelo funcionário, além da devida documentação necessária para que se comprove a participação do funcionário na execução das atividades correspondentes ao perfil;

2.1.1.3.2. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com especialização na área de Tecnologia da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC;

2.1.1.3.3. **Certificações:**

- a) Infraestrutura: Introdução à Sistema Operacional;
- b) Middleware: Introdução a Servidor de Aplicação;
- c) Banco de dados: Introdução à Banco de Dados.

2.1.2. Analista Pleno (Complexidade Média): Responsável por prestar suporte e manutenção de servidores e datacenter. Planejar a capacidade, desenvolver projetos de melhorias dos serviços corporativos, implantar servidores e configurar clusters para alta disponibilidade.

2.1.2.1. **Experiência/Qualificação:**

2.1.2.1.1. Nível Superior completo ou Especialização na área de TI;

2.1.2.1.2. Experiência mínima desejável de 03 (três) anos de atuação como Analista em TI;

2.1.2.1.3. Experiência nas tecnologias listadas no Apêndice “D” – Ambiente Tecnológico:

- a) Em infraestrutura, no mínimo, 4 (quatro) tecnologias descritas;
- b) Em middleware, no mínimo, 3 (três) tecnologias descritas;
- c) Em sistema gerenciador de banco de dados, no mínimo, 2 (dois) tecnologias descritas.

2.1.2.2. **Conhecimentos Específicos:**

2.1.2.1.1. Aprimoramento contínuo dos serviços, projetos, processos e tecnologias.

2.1.2.1.2. **Infraestrutura:**

- a) Infraestrutura e administração de servidores;
- b) Sistemas Operacionais (instalação, configuração, tuning, proxy, gateway e firewall);
- c) Monitoramento, Virtualização, Troubleshooting;
- d) Gerenciador centralizado de SOs.

2.1.2.1.3. Middleware:

- a) LoadBalancer / Proxy reverso;
- b) Administração de servidores de aplicação;
- c) Microserviços;
- d) Balanceamento de carga.

c) Banco de dados:

2.1.2.1.4. Administração e utilização de Bancos de dados relacionais e/ou não-relacionais.

2.1.2.3. **Modo de Comprovação:**

2.1.2.3.1. Registro em Carteira de Trabalho ou contrato(s) executado(s) pelo funcionário, além da devida documentação necessária para que se comprove a participação do funcionário na execução das atividades correspondentes ao perfil.

2.1.2.3.2. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com especialização na área de Tecnologia da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

2.1.2.3.3. **Certificações:**

- a) Infraestrutura: Administração Linux e Especialista em Containers;
- b) Middleware: Administração de Servidor de Aplicação;
- c) Banco de Dados: Administração de Banco de Dados – Nível Básico.

2.1.3. Analista Sênior (Complexidade Alta): Responsável pela definição e desenvolvimento de integrações entre os componentes existentes, bem como alinhamento com a Arquitetura de Software existente, propondo melhorias e evoluções na disciplina de Arquitetura.

2.1.3.1. Experiência/Qualificação

2.1.3.1.1. Nível Superior completo ou Especialização na área de TI;

2.1.3.1.2. Experiência mínima desejável de 04 (quatro) anos de atuação como Analista em TI;

2.1.3.1.3. Experiência nas tecnologias listadas no Apêndice “D” – Ambiente Tecnológico:

- a) Em infraestrutura, no mínimo, 5 (cinco) tecnologias descritas;
- b) Em middleware, no mínimo, 4 (quatro) tecnologias descritas;
- c) Em sistema gerenciador de banco de dados, no mínimo, 2 (dois) tecnologias descritas.

2.1.3.2. Conhecimentos Específicos

2.1.3.2.1. Aprimoramento contínuo dos serviços, projetos, processos e tecnologias.

2.1.3.2.2. Infraestrutura:

- a) Infraestrutura e administração de servidores Linux;
- b) Monitoramento, Virtualização, Troubleshooting;
- c) Containers;
- d) Configuração física e lógica de redes.

2.1.3.2.3. Middleware:

- a) Otimização/performance/sliming de ambiente;
- b) Cluster de Aplicações;

- c) LoadBalancer / Proxy reverso.

2.1.3.2.4. Banco de dados:

- a) Integração entre os componentes existentes, alinhamento com a arquitetura de software existente, propondo melhorias e evoluções na disciplina de arquitetura;
- b) Administração e utilização de Bancos de dados relacionais e/ou não-relacionais;
- c) Sistemas Operacionais (instalação, configuração, tuning, troubleshooting, proxy, gateway e firewall).

2.1.3.3. Modo de Comprovação:

2.1.3.3.1. Registro em Carteira de Trabalho ou contrato(s) executado(s) pelo funcionário, além da devida documentação necessária para que se comprove a participação do funcionário na execução das atividades correspondentes ao perfil.

2.1.3.3.2. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com especialização na área de Tecnologia da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

2.1.3.3.3. Certificações:

- a) Infraestrutura: Engenheiro SO; Ferramenta de monitoramento e Gerenciador de ambientes Linux.
- b) Middleware: Gestão de API's.
- c) Banco de Dados: Administração de banco de dados (Nível Avançado).

2.1.4. Especialista (Complexidade Especialista): Profissional responsável por conduzir as atividades da área de Tecnologia da Informação, respondendo pela análise e implantação de ambientes complexos, a fim de contribuir para a otimização dos recursos tecnológicos da Instituição.

2.1.4.1. Experiência/Qualificação:

- 2.1.4.1.1. Nível Superior completo ou Especialização na área de TI;

2.1.4.1.2. Experiência mínima desejável de 05 (cinco) anos de atuação como Especialista em TI;

2.1.4.1.3. Experiência nas tecnologias listadas no Apêndice “D” - Ambiente Tecnológico:

- a) Em infraestrutura, no mínimo, 6 (seis) tecnologias descritas;
- b) Em middleware, no mínimo, 5 (cinco) tecnologias descritas;
- c) Em sistema gerenciador de banco de dados, no mínimo, 3 (três) tecnologias descritas.

2.1.4.2. Conhecimento Específico:

2.1.4.2.1. Aprimoramento contínuo dos serviços, projetos, processos e tecnologias;

2.1.4.2.2. Habilidade para desenvolver estratégias de coleta e uso dos dados, sendo a mais efetiva para o objetivo da instituição.

2.1.4.2.3. Infraestrutura:

- a) CI/CD – Integração e Entrega contínua;
- b) Otimização/performance/sliming de ambiente;
- c) Regras de firewall, políticas de segurança e protocolos de compartilhamento;
- d) Segurança de redes;
- e) Ferramentas de administração de ambientes, virtualização ou cloud;
- f) Metodologias ágeis;
- g) Administração e infraestrutura de sistemas.

2.1.4.2.4. Middleware:

- a) Serviços REST, Web Services SOAP/REST, JMS, SOA, Agile, Git, Jenkins, Docker;
- b) Plataforma de Integração e Gestão de APIs;
- c) Migração de aplicações.

2.1.4.2.5. Banco de Dados:

- a) Administração e montagem de arquiteturas e topologias de clusters;
- b) Administração avançada de banco de dados;
- c) Sólidos conhecimentos em pool de conexões, replicação, alta disponibilidade e tuning.

2.1.4.3. Modo de Comprovação:

2.1.4.3.1. Registro em Carteira de Trabalho ou contrato(s) executado(s) pelo funcionário, além da devida documentação necessária para que se comprove a participação do funcionário na execução das atividades correspondentes ao perfil.

2.1.4.3.2. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação na área de Tecnologia da Informação ou nível superior em qualquer área com especialização na área de Tecnologia da Informação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.

2.1.4.3.3. Certificações:

- a) Infraestrutura: Arquitetura ou Administração de Infraestrutura.
- b) Middleware: Plataforma de Integração ou Gestão de APIs.

----- FIM DO APÊNDICE “C” -----

Anexo IV - Apêndice D - Ambiente Tecnológico da ANTT.pdf

APÊNDICE “D”

AMBIENTE TECNOLÓGICO DA ANTT

1. Infraestrutura:

Item	Descrição do Serviço	Sistema Operacional/Versão
1	Hypervisor	VMware ESXI 6.7
2	Controlador de Domínio	Windows Server 2016
3	Exchange 2019	Windows Server 2016
4	File Server	Windows Server 2016
5	Nutanix (Cluster01)	Dell I XC-630-10
6	Nutanix (Cluster02)	Dell I XC-640-10
7	Huawei	2488H V5
8	Solução de Backup Netbackup	v10.0.0.1
9	Solução de Backup VEEAM (Cloud e On-Premise)	v11.0.1.1261
10	Servidor de Windows Services (Cloud e On-Premise)	Windows 2003, 2008R2, 2012R2, 2016, 2019, 2022
11	Servidor de Gerência	Windows Server 2012 R2
13	Servidores de Monitoramento	RHEL 8.X
14	Servidor Identity Management	RHEL 7.2
15	Servidor Auditoria	Windows Server 2016
16	Sharepoint	Windows Server 2012R2
17	Banco de dados PostgreSQL	RHEL 6.X, RHEL 7.X, RHEL 8.X
18	Banco de dados MSSQL Server	Windows Server 2008R2, 2012R2, 2016, 2019, 2022

19	Banco de dados MongoDB	RHEL 7.4
20	Banco de dados MySQL	RHEL 8
21	Análise de Vulnerabilidade OpenVAS	Ubuntu Server 12.04
22	Análise de Vulnerabilidade WAZUH	Ubuntu Server 22.04
23	Cofre de Senhas Beyond Trust	Windows Server 2016, RHEL 7
24	Gerenciamento de IP's	RHEL 8.3
25	Servidor de gerenciamento de subscrição	RHEL 7.1
26	Servidor FTP	Windows Server 2012R2, RHEL 9
27	Centralizador de Logs Linux	RHEL 8
28	Monitoramento de Banco de Dados	Windows Server 2012R2
29	Servidor de Windows Service (SCCM e WSUS)	Windows Server 2016, 2019

2. Middleware:

Item	Tipo	Sistema Operacional/Plataforma
1	Servidor de aplicações JBoss (Docflow)	CentOS 6.5
2	DataMind (MDM JBoss)	Windows Server 2012 R2
3	Servidor WEB Apache (Cloud e On-Premise)	RHEL 7.2, RHEL 6.5
4	Servidor WEB IIS (Cloud e On-Premise)	Windows Server 2003, 2012, 2019, 2022
5	Servidor de Aplicações JBoss (Cloud e On-Premise)	Windows Server 2016, RHEL 7.X, RHEL 8.1, CentOS 6.3
6	Servidor de Aplicações Tomcat/JBoss	RHEL 7.X
7	Servidor de Aplicações Tomcat	Windows Server 2012
8	Servidor TFS	Windows Server 2012R2, 2016
9	Servidor APM Dynatrace (Cloud)	Amazon Linux 2
10	Servidor Kubernetes (Cloud)	1.21.14
11	Servidor Rancher 2.5.17 (Cloud)	Instâncias EKS

12	Servidor Docker (Cloud e On-Premise)	RHEL 7.X, RHEL 8
13	Servidor Jira	Amazon Linux 2023
14	Servidor Git	Kubernetes 1.21.14
15	Servidor Jenkins	Kubernetes 1.21.14
16	Elastic	Kubernetes 1.21.14
17	Análise de Código e Repositório	RHEL 7.2
18	Repositório de Imagens Docker	CentOS 7

3. Sistema Gerenciador de Banco de Dados:

Item	Tipo
1**	SQL Server 2000**
2**	SQL Server 2005**
3	SQL Server 2008 Developer
4	SQL Server 2012 Enterprise
5	SQL Server 2016 Enterprise
6	SQL Server 2017 Enterprise
7	SQL Server 2019 Enterprise
8	SQL Server 2022 Enterprise
9	PostgreSQL 10.5
10	PostgreSQL 10.7.15
11	PostgreSQL 12.1
12	PostgreSQL 12.2
13	PostgreSQL 9.2.1.3
14	PostgreSQL 9.4.2.7
15	PostgreSQL 9.5.0.5
16	Hadoop 3.1.4.0
17	MongoDB 3.6.4
18	MongoDB 4.2.3

19	MySQL 5.6.36
20	MySQL 8.0.9

----- FIM DO APÊNDICE “D” -----

**Anexo V - Apêndice E - Modelo Proposta de Preços.
pdf**

APÊNDICE “E”**PROPOSTA DE PREÇOS**

(em papel timbrado da empresa)

À**AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES****Superintendência de Gestão Administrativa – SUDEG / Gerência de Licitações e Contratos - GELIC****Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8
70200-003 - Brasília, DF****Referência:** Pregão Eletrônico nº ____/____.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ e inscrição estadual nº _____, estabelecida no(a) _____, para Contratação de empresa para o fornecimento de subscrições *de licenças de S.O. Linux para host com multiplos tenants e de licenças de servidor de aplicações Linux* (incluindo atualização de versões, manutenção, features, releases, fixes e service packs, de forma a manter a solução permanentemente atualizada) para a devida gestão e gerenciamento da infraestrutura de servidores da Superintendência de Tecnologia - SUTEC, sendo necessárias para disponibilidade de diversos sistemas de informação da ANTT, para atender às necessidades da **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT**, de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão em referência, bem como do respectivo Edital e seus Anexos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição do Serviço	Métrica	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
	1	Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenters, Standard (36 meses).	Subscrição	26		

1	2	Red Hat OpenShift Container Platform Premium -2 Cores or 4 vCPUs.	Subscrição	16		
	3	Red Hat Ansible Automation, Standard - 100 Managed Nodes.	Subscrição	3		
	4	Serviço de Suporte técnico (36 meses)	Mensal	36		
	5	Consultoria Técnica Especializada Red Hat para implantação dos produtos e execução de serviços de catálogo.	UST	2.000		
	VALOR TOTAL (R\$)					

*** OBS:** A licitante deverá apresentar a Proposta Comercial acompanhada de Planilha de Custos e Formação de Preços, adequadas às características do objeto da contratação, considerando o modelo constante do Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5/2017. O modelo de planilha de custos e formação de preços previsto poderá ser adaptado às especificidades do serviço, de modo a permitir a identificação de todos os custos envolvidos na execução do serviço, e constituirá anexo do ato convocatório a ser preenchido pelos proponentes.

1) Dados da Proposta:

Valor Total: R\$ _____ (VALOR POR EXTENSO).

SOFTWARE: (deverá ser informado, **obrigatoriamente**, o detalhamento dos softwares a serem fornecidos, quando for o caso, acompanhados dos respectivos *datasheets*)

Nome do Software: _____ Versão: _____

Nome do Fabricante: _____

Procedência: 1. Nacional [] 2. Importado: []

Sítio na WEB do Fabricante: _____

Responsável: _____ Telefone Contato: _____

2) Validade da Proposta: 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

3) Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes da prestação dos serviços, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

4) Dados da empresa:

a) Razão Social: _____

b) CNPJ (MF) nº _____

c) Inscrição Estadual nº: _____

d) Endereço: _____

e) Telefone: _____ Fax: _____ e-mail: _____

f) Cidade: _____ Estado: _____

g) CEP: _____

h) Representante(s) legal(is) com poderes para assinar o contrato:

a. Nome: _____

b. Cargo: _____

c. CPF: _____ RG: _____ - _____

i) Dados Bancários:

a. Banco: _____

b. Agência: _____

c. Conta Corrente: _____

j) Dados para Contato:

a. Nome: _____

b. Telefone/Ramal: _____

Declaramos, para todos os fins e efeitos legais, aceitar, irrestritamente, todas as condições e exigências estabelecidas no Edital da licitação em referência e do Contrato a ser celebrado, cuja minuta constitui o Anexo “__” do Edital.

Declaramos, ainda, que inexistente qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com servidor ou dirigente da Agência Nacional de

Transportes Terrestres; e que foi (realizada a Vistoria nas instalações da ANTT, tomando conhecimento dos serviços a serem realizados / apresentada recusa formal de Vistoria), não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desenvolvimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

<div>Responsável/Representante da Empresa</div> <div><div><Nome do Responsável></div><div>Cargo</div><div>CPF: xxxxxx</div></div>

----- FIM DO APÊNDICE “E” -----

**Anexo VI - Apêndice F - Planilha de Custo e Formação
de Preços.pdf**

APÊNDICE “F”

PROPOSTA DE PREÇOS

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(Referência: Instrução Normativa nº 5/2017)

Preencher apenas os campos relativos aos custos efetivamente estimados pela empresa para cada perfil profissional.

LOGOTIPO:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

E-MAIL:

Nº Processo	50500.163809/2023-83
Licitação Nº	____/2023

IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço	QTD Profissionais
(Ex.: Analista - Pleno)	2

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Brasília/DF
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de Registro da Convenção Coletiva de Trabalho	
E	Nº de meses de execução contratual	12

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário normativo da categoria profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$
TOTAL DO MÓDULO 1		R\$
Nota 1: O módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário (1/12)		R\$
B	Adicional de Férias		R\$

SUBTOTAL DO SUBMÓDULO 2.1			R\$
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º salário, Férias e Adicional de Férias		R\$
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1			R\$
<p>Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada <u>mensalmente</u>, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina, férias e adicional de férias (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)</p> <p>Nota 2: O adicional de férias contido no submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima</p>			

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$
B	Salário Educação	2,50%	R\$
C	SAT	1,00%	R\$
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$
E	SENAI- SENAC	1,00%	R\$
F	SEBRAE	0,60%	R\$
G	INCRA	0,20%	R\$
H	FGTS	8,00%	R\$
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.2		34,80%	R\$
<p>Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente</p> <p>Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave</p> <p>Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1 (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)</p>			

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor unitário/dia (R\$)	Valor Mensal (R\$)
A	Transporte (considerando 22 dias úteis)	R\$	R\$ -
B	Auxílio Alimentação - (Cláusula XX da Convenção Coletiva de Trabalho) (considerando 22 dias úteis)	R\$	R\$
C	Plano Ambulatorial * (Cláusula XX da Convenção Coletiva de Trabalho)	R\$	
D	Assistência Odontológica (Cláusula XX da Convenção Coletiva de Trabalho)		
E	Seguro de Vida / Assistência Funeral (Cláusula XX da Convenção Coletiva de Trabalho)		
F	Outros (especificar) (Cláusula XX da Convenção Coletiva de Trabalho)		
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.3		R\$	
Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.			
* Não será admitida a inclusão de benefícios que onerem apenas o tomador de serviços, nos termos do PARECER N.º 15/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU			

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2- ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e diários	%	Valor (R\$)
---	---	---	-------------

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$
TOTAL DO MÓDULO 2		R\$

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO (REDAÇÃO DADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 2018)

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado		R\$
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado <i>Memória de Cálculo: [8% X (% do Aviso Prévio Indenizado)]</i>		R\$
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado <i>Memória de Cálculo: [40% X (% do Submódulo 2.2) X (% do Aviso Prévio Indenizado)]</i>		R\$
D	Aviso prévio trabalhado		R\$
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o aviso prévio trabalhado <i>Memória de Cálculo: [(% do Submódulo 2.2) X (% do Aviso Prévio Trabalhado)]</i>		R\$
F	Multa sobre o FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado <i>Memória de Cálculo: [40% X (% do Submódulo 2.2) X (% do Aviso Prévio Trabalhado)]</i>		R\$
TOTAL DO MÓDULO 3			R\$

MÓDULO 4: INSUMOS DIVERSOS

4	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A		R\$
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$

Nota: Valores mensais por empregado

MÓDULO 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		R\$
B	Lucro		R\$
C	Tributos	11,25%	R\$
	PIS	1,65%	R\$
	COFINS	7,60%	R\$
	ISS	2,00%	R\$
	CPRB		
TOTAL DO MÓDULO 5		11,25%	R\$

Nota 1: Custos indiretos, tributos e lucro por empregado

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se percentual sobre o valor do faturamento

Nota 3: O valor referente a ISS 2%, conforme Lei Complementar nº 963, de 03/01/2020, do Governo do Distrito Federal

Nota 4: CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta), em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do caput do art. 7º (ou 8º) da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

2. QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
---	-------------

A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$
D	Módulo 4 - Insumos Diversos	R\$
Subtotal (A + B + C + D)		R\$
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$
Valor total por empregado		R\$

----- FIM DO APÊNDICE “F” -----

Anexo VII - Apêndice G - Ordem de Serviço.pdf

APÊNDICE “G”

ORDEM DE SERVIÇO

INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO			
Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	XXXXXXXXXXXXXX

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1
...

Valor total estimado da OS/OFB					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>

<Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
-----------------	--------------	--------------	--------------

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >

**<Responsável pela demanda/
Fiscal Requisitante>**

Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >

Gestor do Contrato

Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxx de xxxx

----- FIM DO APÊNDICE “G” -----

**Anexo VIII - Apêndice H - Declaração de
Sustentabilidade Ambiental.pdf**

APÊNDICE “H”**DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	Contratação de empresa para o fornecimento de subscrições de licenças de S.O. Linux para host com multiplos tenants e de licenças de servidor de aplicações Linux (incluindo atualização de versões, manutenção, features, releases, fixes e service packs.		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico SRP nº ____/____, instaurado pelo Processo nº _____, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estando ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Responsável/Representante Legal da Empresa

<Nome>

<CPF >

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

----- FIM DO APÊNDICE "H" -----

**Anexo IX - Apêndice I - Termo de Recebimento
Provisório - Serviços TIC.pdf**

APÊNDICE “I”

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – SERVIÇOS DE TIC

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Provisório trata-se de termo detalhado que declarará que os serviços foram prestados e atendem às exigências de caráter técnico, sem prejuízo de posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

Contratação de empresa para o fornecimento de subscrições *de licenças de S.O. Linux para host com multiplos tenants e de licenças de servidor de aplicações Linux* (incluindo atualização de versões, manutenção, features, releases, fixes e service packs.

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...
...
...
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à <OS> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram executados e <atende(m)/atende(m) parcialmente/não atende(m)> às respectivas exigências de caráter técnico discriminadas abaixo. Não obstante, estarão sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo desses serviços ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigências técnicas definidas no TR>
...
...
...

4 – ASSINATURA**FISCAL TÉCNICO**

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula Siape: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula Siape: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

----- FIM DO APÊNDICE "I" -----

**Anexo X - Apêndice J - Termo de Recebimento
Definitivo.pdf**

APÊNDICE “J”

MODELO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos.

Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S)/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento **ATESTO/ATESTAMOS** que o(s) **<bem(s)>** correspondentes à **<OFB>** acima identificada foram **<entregues>** pela **CONTRATADA** e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.

ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigência contratual estabelecida no TR >
...
...
...

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, **<não>** há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, **<cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>**.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à **<OS/OFB>** acima identificada monta em R\$ **<valor>** (**<valor por extenso>**).

Referência: **<Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>**.

5 – ASSINATURA

GESTOR DO CONTRATO

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula Siape: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

5 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos da alínea “n”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula Siape: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula Siape: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

----- FIM DO APÊNDICE “J” -----

Anexo XI - Apêndice K - Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo.pdf

APÊNDICE “K”**MODELO****TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO****INTRODUÇÃO**

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento a AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES, sediada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 – Brasília/DF, CNPJ nº 04.898.488/0001-77, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para

regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações

técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite

formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO

PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <div><Nome> <Qualificação></div>	<hr/> <div><Nome> Matrícula Siape: xxxxxxxx</div>
TESTEMUNHAS	
	<hr/>

<Nome>
<Qualificação>

<Nome>
<Qualificação>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

----- FIM DO APÊNDICE “K” -----

Anexo XII - Apêndice L - Termo de Ciência.pdf

APÊNDICE “L”**MODELO****TERMO DE CIÊNCIA****INTRODUÇÃO**

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	XXXXXXXXXXXX

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
...

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

----- FIM DO APÊNDICE "L" -----

**Anexo XIII - Apêndice M - Declaração de Ciência e
Consentimento da LGPD.pdf**

APÊNDICE "M"**MODELO****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DA LEI
GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018**

Processo Administrativo nº	Nº do Contrato	Data de Assinatura
Objeto		
Identificação da Empresa Contratada		
Nome da Empresa		
CNPJ	Inscrição Estadual	
Endereço		
Cidade	Estado	
CEP	Telefone	E-mail institucional

por meio de seu representante legal, _____, portador da
Carteira de Identidade nº _____, expedida pela ____, e inscrito no CPF sob
o nº _____, DECLARA QUE:

1. Os eventuais dados pessoais relacionados à LICITANTE/CONTRATADA disponibilizados à ANTT para efeito de participação no presente certame e que possam ser exigidos para a execução contratual, serão tratados para finalidade específica, em conformidade com os termos do artigo 7º da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da participação no certame e eventual execução contratual, por inobservância à LGPD.

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

----- FIM DO APÊNDICE “M” -----

**Anexo XIV - Apêndice N - Termo de Encerramento do
Contrato.pdf**

APÊNDICE “N”

MODELO

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	XXXXXXXXXXXX

2 – LISTA DE VERIFICAÇÃO

ITEM	ATENDIDO	NÃO A-TENDIDO	NÃO APLICÁVEL
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da Administração?			
A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada?			
<outras que se apliquem ao objeto da contratação>			

Por este instrumento, as partes abaixo identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O presente contrato está sendo encerrado por motivo de *<motivo>*.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de

todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes do Contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no parágrafo a seguir.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- I. As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;
- II. As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- III. A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;

IV. <inserir pendências, se houver>.

E assim, tendo lido e concordado com todos os seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

Gestor do Contrato	Representante da Área Requisitante
<hr/>	<hr/>
<Nome>	<Nome>
<Matrícula Siape >	<Matrícula Siape >

Fiscal Técnico do Contrato	Representante Legal da Empresa
<hr/>	<hr/>
<Nome>	<Nome>
<Matrícula Siape >	<CPF >

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

----- FIM DO APÊNDICE “N” -----



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

GETIC

DESPACHO

Processo nº: 50500.044996/2023-05

Destinatário: COLIC

Assunto: Atendimento ao Parecer Referencial nº 00004/2023/PF-ANTT/PGF/AGU.

Data: 30/11/2023

Em atenção ao DESPACHO COLIC (SEI nº 20562303), referente ao Parecer Referencial nº 00004/2023/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI nº 20559171), seguem as justificativas e/ou complementações dos itens abaixo:

Item Parecer	Atendimento/Justificativa
48. Por se tratar de matéria técnica na área de Tecnologia da Informação, sobre a qual não cabe a esta Procuradoria se imiscuir, recomenda-se que a área técnica ateste expressamente o atendimento ao citado inciso, explicitando as razões para configurar todo o contrato como uma única "solução de TIC", ou regularize o feito, dividindo o pretendido contrato em tantos quantas forem as soluções de TIC que se pretendam contratar. Esta análise jurídica prosseguirá, condicionando-se sua validade, contudo, à aposição nos autos da expressa declaração a que refere este parágrafo, sem o que se terá por ilícito o objeto da contratação.	<p>A equipe de planejamento esclarece que a contratação se trata de uma solução única relativa ao fornecimento de subscrições <i>de licenças de S.O. Linux para host com múltiplos tenants e de licenças de servidor de aplicações Linux</i>, incluindo atualização de versões, manutenção, "features", "releases", "fixes" e "service packs", de forma a manter a solução permanentemente atualizada, conforme item 3.11 do TR (SEI 20590827).</p> <p>A equipe ressalta ainda que o agrupamento de itens garante a qualidade técnica e irá garantir economicidade, tendo em vista que o modelo permite que as licitantes apresentem melhores valores para todos os itens que compõem a solução, não prejudicando a competitividade do certame.</p>
50. Destaque-se, ainda, que, conforme art. 4º da mesma IN, caso o objeto da contratação envolva avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC, a contratada que provê a solução de TIC não poderá ser a mesma que a avalia, mensura ou apoia a fiscalização, o que deverá ser observado pela Administração.	<p>Informamos que o objeto da contratação não prevê avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização da solução de TIC, conforme definição do objeto contida no item 1 do Termo de Referência - TR (SEI 20590827).</p>
51. Cabe sublinhar, ainda, as vedações contidas no art. 5º da IN SGD/ME nº 94, de 2022, as quais devem ser integralmente observadas pela Administração. 52. Destacam-se as condutas descritas nos incisos I a VI, as quais se caracterizam como intervenção da Administração na gestão dos trabalhadores contratados para execução do serviço. Nesse sentido, a Administração deve se abster de interferir diretamente na gestão da empresa e de seus empregados, uma vez que tais condutas podem configurar uma terceirização ilícita.	<p>A equipe de planejamento apresenta abaixo os esclarecimentos para cada um dos incisos do art. 5º da IN SGD/ME nº 94/2022:</p> <p>I - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;</p> <p>Acerca desse inciso, a equipe de planejamento esclarece que é vedado, conforme dispõe o item 1.6 do TR (SEI 20590827);</p> <p>II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;</p> <p>A equipe esclarece que a remuneração da futura contratada está relacionada à disponibilização da solução com o respectivo suporte, inexistindo qualquer interferência ou gestão nos seus recursos</p>

humanos, conforme dispõe o item 1.1 acerca da métrica e quantidade dos serviços a serem contratados, e o item 8. Critérios de Medição e Pagamento, ambos do TR (SEI 20590827);

III - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

Acerca desse inciso, a equipe de planejamento esclarece que é vedado, conforme dispõe o item 1.6 do TR (SEI 20590827).

IV - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

A equipe registra que os atividades a serem executadas estão descritas nas listas de atividades contidas no apêndice "A" refere-se ao requisitos mínimos da solução (SEI 18756650) e no Catálogo de Serviços contido no apêndice "B" (SEI 18756650), ambos do TR.

V - reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, que devem ser de exclusiva responsabilidade da contratada;

A equipe informa que no valor a ser apresentado na proposta devem conter todas as despesas, de quaisquer naturezas, bem como os custos operacionais, conforme apêndice "E" (SEI 18756650) do Termo de Referência (SEI 20590827). Desta feita, não é admitido o pleito de reembolso de eventuais despesas não abrangidas pela descrição dos serviços discriminados nos apêndices "A" e "B" do Termo de Referência (SEI 20590827).

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado;

VII - prever em edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da solução, antes da contratação;

A respeito dos incisos VI e VII, a equipe esclarece que não é atribuição da equipe de planejamento a elaboração do edital de licitação, pois constitui-se como fase posterior à fase de planejamento. Por tal motivo, a equipe sugere que o assunto receba o tratamento necessário pela SUDEG/COLIC.

VIII - adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, salvo mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos;

IX - contratar por postos de trabalho alocados, salvo os casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido;

Quanto aos incisos VIII e IX, a equipe esclarece que para os serviços agregados à solução a ser contratada, conforme item 1.1 do TR (SEI 20590827), é utilizada a métrica "UST" e não se configura como contratação por homem/hora, tampouco por postos de trabalho.

X - fazer referências, em edital ou em contrato, a regras externas de fabricantes, fornecedores ou prestadores de serviços que possam acarretar na alteração unilateral do contrato por parte da contratada;

A equipe esclarece que não é atribuição da equipe de planejamento a elaboração do edital de licitação e contrato administrativo, por constituírem-se como fases posteriores à fase de planejamento. Por tal motivo, a equipe sugere que o assunto receba o tratamento necessário pela SUDEG/COLIC. Todavia, cabe esclarecer que as especificações mínimas relativas à solução a ser contratada estão previstas no apêndice "A" do TR (SEI 20590827), o qual não possui qualquer menção à possibilidade do estabelecimento de regras externas de fabricantes para a contratação.

XI - nas licitações do tipo técnica e preço, incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da solução de TIC a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame;

Não se aplica a essa contratação.

XII - aceitar autodeclarações de exclusividade, ou seja, cartas ou declarações emitidas pela empresa proponente afirmando que seu próprio produto é

	<p>exclusivo no mercado;</p> <p>A equipe de planejamento informa que os requisitos de habilitação estão previstos no item 9 do TR (SEI 20590827), o qual não exige qualquer autodeclaração de exclusividade. Neste cerne, o apêndice "A" do Termo de Referência (SEI 18756650) menciona explicitamente que as soluções que compõe a futura contratação podem ser fornecidas por um único fabricante distinto.</p> <p>XIII - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.</p> <p>A equipe esclarece que os itens acerca do pagamento, contidos no TR (SEI 20590827), foram elaborados a partir do modelo da SGD, e não preveem forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos.</p> <p>Quanto item 52 Quanto aos itens I a VI descritas no art. 5º da IN SGD/ME nº 94, de 2022, O Edital prevê exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado;</p> <p>Obs: Vedado conforme item 1.6 do Termo de Referência (SEI 20590827);</p>
<p>53. Ademais, deve a Administração, por força do art. 8º, § 2º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, observar as normas específicas para contratação dos objetos descritos no Anexo da mesma IN, quais sejam, licenciamento de software e serviços agregados; solução de autenticação para serviços públicos digitais; serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de software; infraestrutura de centro de dados, serviços em nuvem, sala-cofre e sala segura; serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de portais na internet e aquisições de ativos de tecnologia da informação e comunicação.</p> <p>54. Recomenda-se, pois, que a Administração certifique expressamente se o objeto da pretendida contratação se enquadra em algum desses conceitos e, em caso positivo, ateste expressamente o atendimento das condições específicas ali disciplinadas.</p>	<p>A equipe de planejamento informa que a pretendida contratação se enquadra nos conceitos relacionados a aquisição de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação bem como materiais e equipamentos de TIC e que foram observados os regramentos contidos na IN SGD/ME nº 94/2022, conforme item 8 do ETP (SEI 20592447).</p>
<p>55. Além disso, deve ser destacado que, quando o objeto tratar de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, deve ser integralmente observada a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, a qual traça modelo específico de contratação para o referido objeto. Considerando que a referida Portaria disciplina aspectos eminentemente técnicos, de competência da Administração, recomenda-se que seja certificado, pela área competente, o atendimento integral a seus comandos.</p> <p>56. Referido modelo é de utilização obrigatória e deve ser adaptado às características do órgão ou entidade. De forma excepcional, admite-se a utilização de outros modelos para a contratação de serviços técnicos especializados de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, desde que solicitado via ofício e obtida a autorização prévia da Secretaria de Governo Digital (art. 3º, parágrafo único).</p> <p>58. Sendo o caso de um dos serviços enumerados na Portaria, deverá a área técnica certificar se foi observado o modelo normatizado ou se será necessário realizar adaptações nos documentos de</p>	<p>A equipe de planejamento esclarece que constitui objeto da contratação fornecimento de subscrições de Software Livre incluindo atualização de versões e serviços em plataforma de software livre incluindo seus componentes, e apoio técnico especializado para as plataformas de software livre da ANTT, mantendo-se, assim, um ciclo de evolução tecnológica em função de novas funcionalidades disponibilizadas pelos fabricantes, visando prover à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT o aumento da eficiência operacional e economia de custos, bem com uma TI mais ágil, segura e focada em demandas tecnológicas na Agência. Os bens e serviços que compõem a solução são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licenças de S.O. Linux para host com multiplos tenants - Red Hat Enterprise Linux for Virtual Datacenter, Standard. • Subscrições de licenças para orquestração de contêineres – Red Hat Openshift Platform, Premium (2 cores). • Subscrições de licenças para automatização de infraestrutura e contêineres – Red Hat Ansible, standard (100 nó gerenciáveis). • Serviço de Suporte Mensal Proativo. • Serviço de consultoria especializada para migrações e e integrações - sob demanda. <p>A equipe de planejamento da contratação informa que a presente contratação não se enquadra como uma contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e</p>

<p>planejamento da contratação para o fiel cumprimento da norma ou se será necessário pedir autorização da SGD para contratação em formato distinto.</p>	<p>Comunicação, desta forma a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023 não se aplica a presente contratação.</p> <p>Quanto à utilização do modelo disponibilizado pela Secretaria de Governo Digital – SGD, a equipe informa que o modelo utilizado na contratação é o modelo de solução de TIC da SGD, com as adequações necessárias ao objeto a ser contratado a condução do processo foi balizada pela Instrução Normativa nº 94/2021 e todos os artefatos e documentos elaborados com base nos modelos e <i>templates</i> publicado pela SGD/MGI, no endereço: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao</p>
<p>59. Quando o objeto for a Contratação de Serviços de Desenvolvimento, Manutenção e Sustentação de Software, por sua vez, deve ser integralmente observada a Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023, a qual traça modelo específico de contratação para o referido objeto. Considerando que a referida Portaria disciplina aspectos eminentemente técnicos, de competência da Administração, recomenda-se que seja certificado, pela área competente, o atendimento integral a seus comandos.</p> <p>62. Sendo o caso de um dos serviços especificados na Portaria, deverá a área técnica certificar se foi observado o modelo normatizado ou se será necessário realizar adaptações nos documentos de planejamento da contratação para o fiel cumprimento da norma ou se será necessário pedir autorização da SGD para contratação em formato distinto.</p>	<p>A equipe de planejamento entende que as recomendações 59 e 62 não se aplicam à contratação em questão, por não se enquadrar como contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, prevista na Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023.</p>
<p>63. Quando o objeto for a Contratação de Serviços de Outsourcing, por seu turno, deve ser integralmente observada a Portaria SGD/MGI nº 370, de 08 de março de 2023, a qual traz modelo específico de contratação para o referido objeto. Considerando que a referida Portaria disciplina aspectos eminentemente técnicos, de competência da Administração, recomendações que seja certificado, pela área competente, o atendimento integral a seus comandos.</p> <p>65. Sendo o caso de um dos serviços enunciados na Portaria, deverá a área técnica certificar se foi observado o modelo normatizado ou se será necessário realizar adaptações nos documentos de planejamento da contratação para o fiel cumprimento da norma ou se será necessário pedir autorização da SGD para contratação em formato distinto.</p>	<p>A equipe de planejamento entende que as recomendações 63 e 65 não se aplicam à contratação em questão, por não se enquadrar como contratação de serviço de serviços de Outsourcing de impressão, prevista na Portaria SGD/MGI nº 370, de 08 de março de 2023.</p>
<p>66. Quando o objeto for de contratação e gestão de estações de trabalho, por sua vez, deve ser integralmente observada a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, a qual traça modelo específico de contratação para o referido objeto. Considerando que a referida Portaria disciplina aspectos eminentemente técnicos, de competência da Administração, recomenda-se que seja certificado, pela área competente, o atendimento integral a seus comandos.</p> <p>70. Sendo o caso de um dos serviços previstos na Portaria, deverá a área técnica certificar se foi observado o modelo normatizado ou se será necessário realizar adaptações nos documentos de planejamento da contratação para o fiel</p>	<p>A equipe de planejamento entende que as recomendações 66 e 70 não se aplicam à contratação em questão, por não se enquadrar como contratação regulada pela Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, acerca do modelo de contratação e e gestão de estações de trabalho.</p>

cumprimento da norma ou se será necessário pedir autorização da SGD para contratação em formato distinto.	
74. Deverá ser atestado nos autos, ainda, que a presente contratação está contemplada no Plano de Contratações Anual da entidade e alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração (Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, art. 7º da IN SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022 e Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021).	Em atendimento ao recomendado no item 74, a equipe de planejamento atesta que a contratação em questão encontra-se aprovada no Plano de Contratações Anual - PCA 2023 e registrado no item II.70 - Fornecimento de subscrições de Software Livre incluindo atualização de versões e serviços, da Deliberação nº 293, de 4 de setembro de 2023. A contratação está alinhada ao Plano de Logística Sustentável da ANTT no item relativo ao Plano de Ação de Compras e Contratações Sustentáveis, aprovado pela Portaria DG nº 422, de 26 de julho de 2022, em consonância ao que prevê a Instrução Normativa nº 10/2012, conforme disposto no item 4.11 do TR (SEI 20590827).
75. Por fim, deve manifestar-se sobre a essencialidade e o interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015.	A equipe de planejamento esclarece que a essencialidade do objeto e o relevante interesse público da contratação estão fundamentados na descrição da necessidade constante no item 2 do ETP (SEI 20592447).
76. Neste ponto, para que seja comprovada a adequação da modalidade escolhida para o processamento da licitação, deverá a Administração declarar expressamente nos autos que o objeto pode ser considerado como bem(ns) ou serviço(s) comum(ns), atendendo aos requisitos do art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 2021, c/c Orientação Normativa AGU nº 54/2014, e art. 25, parágrafo único, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022. Se esse for o caso, somente será possível licitar o presente objeto sob o tipo menor preço ou maior desconto (art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133, de 2021). 78. Quando for o caso, assim sendo, tal motivação deverá ser devidamente registrada no processo (as razões de fato e o pertinente enquadramento normativo).	Em atendimento às recomendação 76 e 78, a equipe esclarece que a modalidade será Pregão Eletrônico com a seleção da proposta de menor preço por grupo, conforme justificativa constante no item 9.1 do TR (SEI 20590827). Acerca do objeto da contratação, a equipe atesta que os serviços são de natureza comum, nos termos do Inciso II, art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 2019, pautando-se na premissa que a contratação se baseia em padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no TR e em seus Apêndices (SEI 20590827), por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado. Essa informação está registrada no item 1.2 do TR (SEI 20590827).
79. Nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º do Decreto nº 11.462, de 2023, a adoção do Sistema de Registro de Preços pressupõe, como regra geral, a divulgação da intenção de registro de preços perante possíveis órgãos participantes. 80. Será dispensável esta divulgação quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante (art. 86, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023). 81. Quando se tratar de registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nas hipóteses do art. 4º do Decreto nº 11.462, de 2023, é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata (art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462, de 2023).	A equipe de planejamento informa que a contratação não será pelo Sistema de Registro de Preços, conforme itens 9.1 e 5.3 do TR (SEI 20590827).
83. Recomenda-se que o planejamento da contratação seja realizado em conformidade com as diretrizes constantes do referido instrumento, que se encontra disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos.pdf	Em atendimento ao §2º do art. 8º da IN SGD/ME nº 94/2022, a equipe de planejamento esclarece que todos os artefatos e documentos foram elaborados com base nos modelos e <i>templates</i> publicados pela SGD/MGI no endereço: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao Nesse sentido e em atendimento às recomendações 83 e 85, a equipe acrescenta que os modelos utilizados na fase de planejamento estão de

<p>85. Oportuno registrar que apesar de o documento não abordar as especificidades das contratações de serviços de tecnologia, informação e comunicação é recomendável a observância da legislação específica, adotando o IPP de forma subsidiária.</p>	<p>acordo com o IPP publicado pela AGU.</p> <p>A AGU publica modelos específicos para contratações de serviços de tecnologia, informação e comunicação, em alinhamento aos modelos publicados pela SGD/MGI, no endereço: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic</p> <p>Desta feita, os modelos utilizados nesta contratação estão de acordo com o IPP publicado pela AGU.</p>
<p>88. A relevância do planejamento estratégico, sobretudo das contratações na área de Tecnologia da Informação, é constantemente destacada pelo Tribunal de Contas da União, como forma de evitar irregularidades, a exemplo do Acórdão nº 224/2020 - TCU - Plenário, Acórdão nº 122/2020 - TCU - Plenário, Acórdão nº 265/2010 - Plenário, Acórdão nº 2037/2019- Plenário, e Acórdão nº 1508/2020 - TCU - Plenário cujas recomendações devem observadas pela Administração.</p>	<p>A equipe de planejamento registra que as orientações emitidas em decisões do TCU e as normas relativas à contratação foram obedecidas nessa contratação.</p>
<p>96. Deve ainda ser expressamente certificado pela Administração o respeito ao art. 9º, § 6º, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, o qual prevê que" caso a solução escolhida, resultante do Estudo Técnico Preliminar, contenha item presente nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do SISP no âmbito do processo de gestão estratégica das contratações de soluções baseadas em uso disseminado previsto no § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2022, os documentos de planejamento da contratação deverão utilizar todos os elementos constantes no respectivo Catálogo, tais como: especificações técnicas, níveis de serviços, códigos de catalogação, PMC-TIC, entre outros".</p>	<p>A equipe de planejamento informa e certifica que a solução escolhida consta dentre os itens no Catálogo de Soluções de TIC Catálogos de Soluções de TIC — Governo Digital (www.gov.br), conforme registrado no item 1.7 do TR (SEI 20590827).</p>
<p>97. Além disso, “nas contratações de TI em que houver risco de dependência em relação a determinada solução tecnológica, o estudo técnico preliminar da contratação deve incluir estudo de viabilidade acerca da continuidade ou substituição da solução em uso, com a divulgação de seus resultados”, como determina o Acórdão 1685/2023 Plenário do TCU, que reforça as disposições do item 1.4 do Anexo I da IN SGD/ME nº 94, de 2022.</p>	<p>Acerca da recomendação 97, a equipe informa que o estudo de viabilidade acerca da continuidade ou substituição da solução em uso consta descrita e justificada nos itens 8 e 9 do ETP (SEI 20592447).</p>
<p>98. Assim sendo, os Estudos Preliminares devem conter, em geral, os elementos exigidos pela IN SGD/ME nº 94, de 2022, com a respectiva fundamentação, e a aprovação da autoridade competente, como exigem os §§ 2º e 3º do art. 11.</p>	<p>Em atendimento à recomendação 98, a equipe de planejamento registra que o ETP (SEI 20592447) contempla os elementos compreendidos no art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.</p>
<p>99. Além disso, o art. 34 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, determina que o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência sejam publicados em sítios eletrônicos de fácil acesso, até a data da publicação do edital de licitação.</p>	<p>As licitações da ANTT são publicadas no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br, além de serem divulgadas no Portal da ANTT no endereço https://portal.antt.gov.br/web/guest/licitacoes.</p>
<p>101. O Gerenciamento de Risco se materializa pelo denominado “Mapa de Riscos” e deverá ser confeccionado no módulo de Gestão de Riscos Digital, consoante o item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023, disponível em https://www.gov.br/agu/pt-br</p>	<p>A equipe de planejamento registra que foi elaborado o Mapa de Riscos nº 17/2023, no Módulo de Gestão de Riscos Digital e anexado ao processo (SEI 20451903).</p>

<p>br/comunicacao/noticias/saiba-como-guia-elaborado-pela-agu-e-peloministerio-da-gestao-facilitara-contratacoes-publicas-em-todo-o-pais.</p>	
<p>110. Portanto deve constar dos autos o termo de referência firmado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela Autoridade máxima da área de TIC, assim como a aprovação pela Autoridade administrativa competente na entidade, em atenção ao § 6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.</p>	<p>Em relação ao item 110, a equipe técnica informa que a aprovação do Termo de Referência é de responsabilidade da Superintendência de Gestão Administrativa - SUDEG, área competente da área administrativa, que fará em momento oportuno da instrução.</p> <p>Informamos ainda que o Termo de Referência foi assinado pela equipe de planejamento da contratação e pela autoridade máxima da área de TIC. (SEI 20590827).</p>
<p>111. Em todo caso, recomenda-se, neste contexto, que a Administração certifique nos autos se as diretrizes estabelecidas no termo de referência são as adequadas ao atendimento do interesse público envolvido, se estão compatíveis com o estudo técnico preliminar da contratação, depois de sua atualização e, ainda, se o instrumento contém todos os elementos necessários para a caracterização da contratação, conforme disposição do art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.</p>	<p>A equipe de planejamento apresenta abaixo os esclarecimentos para cada um dos incisos do art. 12 da IN SGD/ME nº 94/2022 a respeito do TR (SEI 20590827) dessa contratação. A equipe registra que as diretrizes estabelecidas no TR são as adequadas ao atendimento do interesse público envolvido, destacando-se o registrado no item 1.4 do TR (SEI 20590827), estando o TR compatível e em harmonia com o ETP (SEI 20592447).</p> <p>I - definição do objeto da contratação, conforme art. 13;</p> <p>Acerca desse inciso, a equipe de planejamento esclarece que é vedado, conforme dispõe o item 1.1 do TR (SEI 20590827);</p> <p>II - código(s) do Catálogo de Materiais - Catmat ou do Catálogo de Serviços - Catser relacionado(s) a cada item da contratação, disponíveis no Portal de Compras do Governo federal;</p> <p>Consta no item 1.1 (tabela) do TR (SEI 20590827);</p> <p>III - descrição da solução de TIC, conforme art. 14;</p> <p>Previsto no item 1.1 do TR (SEI 20590827);</p> <p>IV - justificativa para contratação da solução, conforme art. 15;</p> <p>Está disposto no item 3 do TR (SEI 20590827);</p> <p>V - especificação dos requisitos da contratação, conforme art. 16;</p> <p>Consta no item 4 do TR (SEI 20590827);</p> <p>VI - definição das responsabilidades da contratante, da contratada e do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, conforme art. 17;</p> <p>Está registrada no item 5.3 do TR (SEI 20590827);</p> <p>VII - Modelo de Execução e Gestão do Contrato, conforme arts. 18 e 19;</p> <p>Previsto nos itens 6 e 7 do TR (SEI 20590827);</p> <p>VIII - estimativas de preços da contratação, conforme art. 20;</p> <p>Previstas no item 10 do TR (SEI 20590827);</p> <p>IX - adequação orçamentária e cronograma físico-financeiro, conforme art. 21;</p> <p>Consta no item 11 do TR (SEI 20590827);</p> <p>X - regime de execução do contrato, conforme art. 22;</p> <p>Previsto no item 9.2 do TR (SEI 20590827);</p> <p>XI - critérios técnicos para seleção do fornecedor, conforme art. 23; e</p> <p>Disposto no item 9.1 do TR (SEI 20590827);</p> <p>XII - índice de correção monetária, quando for o caso, conforme art. 24.</p> <p>Consta no item do 13 TR (SEI 20590827).</p>
<p>112. Cumpre lembrar que é recomendável a utilização do modelo de termo de referência disponibilizado pela Advocacia-Geral da União e pela Secretaria do Governo Digital do MGI, a fim de garantir o conteúdo mínimo necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise (art. 19, IV, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 8º, §2º da IN SGD/ME nº 94, de 2022).</p>	<p>Quanto a utilização do modelo disponibilizado pela Secretaria de Governo Digital – SGD, e em atendimento às recomendações dos itens 112, 113 e 114, a equipe informa que o modelo utilizado na contratação é o modelo de solução de TIC da SGD, com as adequações necessárias ao objeto a ser contratado atendendo de forma satisfatória os regramentos que orientam as contratações de tecnologia da informação.</p> <p>A equipe informa ainda que o Termo de Referência utilizado no processo em análise (SEI 20590827) é o disponibilizado pela SGD/ME, no</p>

<p>113. Recomenda-se, ainda, que as alterações realizadas no modelo padronizado de termo de referência sejam destacadas visualmente e justificadas por escrito no processo (art. 19, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).</p> <p>114. Deve ser juntada ao feito, assim sendo, declaração da área técnica informando sobre a adoção, na espécie, do modelo de minuta padronizada de termo de referência disponibilizado pela SGD/MGI.</p>	<p>site https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao, para contratações de soluções de TIC, sem alterações de itens, conforme registrado na NOTA TÉCNICA SEI Nº 6633/2023/GETIC/SUTEC/DIR/ANTT, no item 11.1 (SEI 19190828).</p>
<p>115. A não utilização do catálogo eletrônico de padronização é situação excepcional, devendo ser justificada por escrito e anexada ao respectivo processo de contratação (art. 6º, II, c/c art. 19, II, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 10, parágrafo único, da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022).</p>	<p>A equipe informa que a solução escolhida e que atende à necessidade de contratação consta dentre os itens no Catálogo de Soluções de TIC Catálogos de Soluções de TIC — Governo Digital (www.gov.br) conforme registra o item 1.7 do TR (SEI 20590827).</p>
<p>116. Sem embargo disso, e apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, à própria Administração, recorde-se a necessidade de atendimento adicional às recomendações abaixo, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - em se tratando de registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nas hipóteses do art. 4º, do Decreto nº 11.462, de 2023 (item XX do termo de referência), é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa (art. 82, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462, de 2023); II - no caso de serviço continuado, a respeito da possibilidade de fixação da vigência em cinco anos, o art. 106 da Lei n. 14.133, de 2021, estabelece as seguintes diretrizes, que devem ser observadas pelo gestor: <ul style="list-style-type: none"> <i>I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;</i> <i>II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;</i> <i>III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.</i> III - recomenda-se que a Administração analise se as exigências de qualificação técnica/econômico-financeira guardam compatibilidade e proporcionalidade com as peculiaridades do objeto contratual a ser executado, aferidas por meio da análise da complexidade do objeto, da essencialidade do serviço e dos riscos decorrentes de sua 	<p>A equipe de planejamento da contratação informa, em atendimento à recomendação 116, que:</p> <p>I - a contratação não será pelo Sistema de Registro de Preços, conforme itens 5.3 e 9.1 do TR (SEI 20590827).</p> <p>II - foi adotada a vigência de 36 (trinta e seis) meses, conforme o item 1.3 do TR (SEI 20590827).</p> <p>III - os critérios de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica exigidos constam nos itens 9.4.4 e 9.4.5, respectivamente, do TR (SEI 20590827) e guardam compatibilidade e proporcionalidade com as peculiaridades do objeto contratual a ser executado.</p> <p>IV - a habilitação técnica exige atestados que comprovem a aptidão para os fornecimentos de bens e serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, conforme os itens 9.4.5.1 a 9.4.5.15 do TR (SEI 20590827).</p> <p>V - a exigência de atestado está prevista no item 9.4.5.7 do TR (SEI 20590827).</p> <p>VI - os atestados de capacidade técnica, a serem utilizados para comprovação do fornecimento do objeto, deverão referir-se a um período mínimo de 12 (doze) meses, conforme registrado no no subitem II e III do item 9.4.5.2 do TR (SEI 20590827).</p> <p>VII, VIII, IX, X - as exigências de habilitação foram elaboradas em consonância com os arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, bem como os acórdão do TCU acerca do tema.</p> <p>XI - atesta que os artefatos ETP (SEI 20592447) e TR (SEI 20590827) estão harmônicos e compatíveis entre si.</p> <p>XII - o objeto da contratação é essencial para que a ANTT para que possa cumprir a sua missão, atendendo com qualidade às expectativas dos usuários dos seus serviços, uma vez que a sua infraestrutura de tecnologia da informação necessita de melhorias contínuas e é essencial para o atendimento dos objetivos estratégicos da Agência. Diversas atribuições consideradas fundamentais e estratégicas para o pleno funcionamento do Agência estão fortemente relacionadas e dependentes dos serviços de tecnologia da informação para estarem seguros, íntegros, confiáveis e disponíveis em sua infraestrutura de rede lógica e física de ativos, de forma que a degradação ou indisponibilidade desses serviços, seja por qualquer motivo, produzirá um dano institucional, e essa necessidade está registrada no ETP (SEI 20592447). Portanto, a contratação não se enquadra como bem de luxo, pelas razões expostas.</p> <p>XIII e XIV - A contratação com a indicação dos produtos Red Hat está justificado nos itens 4.23 do TR (SEI 20590827) e item 4.3 do ETP (SEI 20592447), registrando que essa marca compõem a principal plataforma para a execução e sustentação do ambiente sistemas da ANTT, fazendo a gestão de servidores e sistemas corporativos desenvolvidos dessa Agência, a</p>

paralisação em função da eventual incapacidade econômica/técnica da contratada em suportar as obrigações contratuais (art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 70, III, da Lei nº 14.133, de 2021). Alerta-se que exigências de qualificação técnica/econômico-financeira excessivas vêm sendo reputadas como ilícitas pelos órgãos de controle, pois tendem a restringir a competitividade. Desse modo, sugere-se que seja detidamente avaliado e motivado este aspecto;

- IV - a exigência de atestados deve ser restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- V - será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados (art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- VI - em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021). O prazo de exigência de experiência mínima deve ser justificado no estudo técnico preliminar e compatível com o objeto e prazo da presente contratação, não podendo ser superior a 3 (três) anos. Deve a Administração considerar a experiência pretérita do órgão contratante, que indique ser tal lapso indispensável para assegurar prestação do serviço em conformidade com as necessidades específicas do órgão, por força da sua essencialidade, quantitativo, risco, complexidade ou qualquer outra particularidade. Convém, também, que o órgão contratante sopesse os reflexos da restrição no desenvolvimento do setor do serviço pretendido;
- VII - a exigência de habilitação em desacordo com os arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133, de 2021 deve ser considerada indevida; com relação à capacidade técnico-profissional, esclarece-se que a jurisprudência do TCU entende ser indevida a exigência de vínculo empregatício, para fins de comprovação da responsabilidade técnica pelo acompanhamento do serviço (capacidade técnico-profissional);
- VIII - de acordo com o TCU, a exigência de comprovação de capacidade técnico-profissional deve estar adstrita à experiência na execução prévia de quantitativos dos itens de maior relevância e valor significativo da obra ou serviço do certame (Acórdão nº

fim de garantir alta disponibilidade dos recursos de Tecnologia da Informação.

Em atendimento à recomendação do subitem II, a equipe de planejamento ressalta que no item 1.3 do Termo de Referência (SEI), é registrado que a contratação terá prazo de vigência da contratação de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, conforme preconizado no art. 106 da Lei n. 14.133/2021, podendo ser prorrogado, desde que respeitada a vigência máxima de 5 (cinco) anos.

Já no DFD (SEI 17697992) e no item 3.10.1. do TR consta que a contratação esta alinhada com o PCA e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT - PDTIC 2021-2024, e por fim no item 8.13.4 do TR, descreve que havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

1.229/2008-Plenário, Acórdão nº 2.303/2015 - Plenário). Pelo exposto, adverte-se que a Administração deverá limitar as exigências de capacidade técnico-profissional aos itens de maior relevância e valor significativo da planilha (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021) (E/OU justificar as parcelas de maior relevância e valor significativo definidas no termo de referência, para os fins do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

- IX - suprimir o tempo mínimo de experiência exigido para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, pois, de acordo com o TCU, "É ilegal a exigência de comprovação, para fim de qualificação técnico-profissional, de tempo de experiência ou de exercício em função dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante para a execução do objeto, porquanto o rol de exigências de habilitação previsto na Lei 8.666/1993 é taxativo" (Enunciado da Jurisprudência Seleccionada, cf. Acórdão nº 134/2017 - Plenário);
- X - Acerca das exigências de qualificação técnica, recomenda-se considerar os seguintes acórdãos prolatados pelo Plenário do Tribunal de Contas da União: Acórdão 2816/2021, Acórdão 2443/2021, Acórdão 1095/2018, Acórdão 891/2018, Acórdão 134/2017, Acórdão 2066/2016, Acórdão 2769/2014 e Acórdão 2914/2013;
- XI - compatibilizar o conteúdo dos estudos preliminares com o termo de referência revisado, se for o caso, à luz das orientações deste parecer, de modo que não existam contradições entre os documentos;
- XII - quando for o caso de compra de bens de TIC, deve constar dos autos certificação de que o bem não se enquadra como bem de luxo, conforme requisito constante na lista de verificação. Nessa senda, deve o gestor atentar para a vedação de aquisição de bem de luxo disposta no art. 20, da Lei nº 14.133, de 2021. Considera-se bem de luxo o bem de consumo de alta elasticidade-renda da demanda, tendo características tais como: ostentação, opulência, forte apelo estético ou requinte (art. 2º, do Decreto 10.818, de 27 de setembro de 2021). Os itens de consumo deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo. Cabe à unidade de contratação do órgão ou entidade observar a classificação de bens e a vedação prevista nos arts. 3º e 5º do Decreto 10.818, de 2021, bem como identificar os bens de consumo de luxo no plano de contratações anual (art. 6º, do Decreto nº 10.818, de 2021), o que demanda atenção na instrução processual, de forma que conste no processo certificação de que o bem não se enquadra como bem de luxo, ajustes, quando for o caso, no termo de referência para supressão ou substituição dos bens demandados ou, em sendo o caso, justificativa nos autos e a

adoção das providências contidas nos art. 4º e 6º do Decreto nº 10.818, de 2021;

- XIII - quando se tratar de aquisição, justificar a indicação de(as) marca(s) na(s) especificação(ões) do(s) bem(ns) do certame, de modo a demonstrar sua necessidade, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 14.133, de 2021 c/c Súmula 270 do TCU: "Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação"); e
- XIV - Pelo exposto, para que as descrições dos itens possam conter a indicação das marcas, torna-se necessária a devida justificativa técnica. Caso contrário, deverá a Administração excluir a(s) referida(s) indicação(ões) ou rever a(s) descrição(ões), inserindo expressões como "equivalente ou similar".

117. A possibilidade de exigência de amostra, exame de conformidade e prova de conceito tem previsão no art. 17, § 3º, art. 41, II e art. 42, § 2º, todos da Lei nº 14.133, de 2021, no art. 12, § 1º, da IN SGD/MGI nº 94, de 2022, e no art. 29, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022. A justificativa para a exigência, quando for o caso, deve constar do ETP, devendo o TR disciplinar a forma como essa etapa ocorrerá, bem como os critérios objetivos a serem adotados para a avaliação.

118. A exigência de prova de conceito, amostra, protótipo, testes e outras formas de avaliação de conformidade do objeto é excepcional. Eventual exigência nesse sentido deve ser ponderada pela Administração à luz do caso concreto, mediante justificativa. O insucesso em contratações pretéritas pode justificar essa previsão. Há itens de baixa qualidade que simplesmente não funcionam como deveriam, embora possuam descrição técnica semelhante à de objetos de boa qualidade. O julgamento pelo menor preço pode atrair o fornecimento de bens de pouca qualidade, devendo a Administração adotar cautelas para não adquirir material imprestável e, mais importante, evitar repetidamente contratar nessas condições.

119. Quanto à exigência de amostras, o TCU firmou as orientações a seguir (a serem observadas no edital/termo de referência, quando aquelas forem previstas):

- a) exigir amostras apenas do licitante melhor classificado em prazo reputado pela Administração Pública como razoável (Acórdãos TCU nº 538/2015 - Plenário e nº 2.796/2013 - Plenário);
- b) detalhar as regras para avaliação objetiva das amostras (Acórdão TCU nº 1.491/2016 - Plenário);
- c) prever, expressamente, penalidade para a hipótese de não apresentação das amostras exigidas dentro do prazo estipulado pelo certame (Acórdão TCU nº 299/2011 - Plenário).

A equipe de planejamento, em atendimento às recomendações 117 a 119, esclarece que a exigência de amostra, exame de conformidade ou prova de conceito não se aplicam à contratação em questão, em razão da natureza da contratação, conforme registrado no item 4.27 do TR (SEI 20590827).

<p>120. A necessidade da contratação foi objeto de disciplina no art. 15 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, que prevê que a justificativa para contratação deverá conter, pelo menos: I - alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento elencados no art. 6º; II - relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto; III - a forma de cálculo utilizada para a definição do quantitativo de bens e serviços que compõem a solução; IV - os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação; e V - a motivação para permitir adesões por parte de órgãos ou entidades não participantes, nos casos de formação de Ata de Registro de Preços passível de adesões.</p> <p>121. A justificativa deve ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar as reais necessidades da contratação. A necessidade da contratação precisa ser bem motivada e estimados os quantitativos de serviço a partir de método amparado por documentos juntados aos autos.</p> <p>122. Como se sabe, a <u>justificativa da necessidade da contratação</u> constitui questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual, a teor do Enunciado nº 07 do BPC/AGU, não deve esta Procuradoria se pronunciar conclusivamente acerca do mérito (oportunidade e conveniência) da motivação apresentada e das opções feitas pelo administrador.</p>	<p>Atendendo aos itens 120 a 122, a equipe de planejamento esclarece que a necessidade de contratação está descrita no DFD (SEI 17697992), no ETP (SEI 20592447), e no TR (SEI 20590827), destacando, ainda que:</p> <p>I) a solução de TIC, objeto dessa contratação, está alinhada ao PDTIC 2021-2024 e ao PCA 2023;</p> <p>II) a necessidade de contratação, volume e características do objeto constam no ETP (SEI 20592447), a exemplo dos subitens 2.1, 2.1.8, 4.1., 4.2. e 5;</p> <p>III) O quantitativo definido pela equipe de planejamento está demonstrado no subitem 7.4 do ETP (SEI 20592447) onde mostra o racional dos quantitativos alcançados nos estudos realizados;</p> <p>IV) os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação estão descritos no item 16 do ETP (SEI 20592447) e 3.12 do TR (SEI 20590827).</p>
<p>123. Observe-se, ainda, que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 13 da IN SGD/ME nº 94, de 2022). Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.</p> <p>124. Acerca da especificação do objeto da pretendida contratação, o art. 16 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, traz minuciosa disciplina a respeito, a qual deve ser integralmente observada pela Administração. Recomenda-se que a Administração certifique expressamente que <u>as especificações técnicas previstas no Termo de Referência atendem às premissas acima contidas no referido art. 16, inclusive em relação ao item 7 e subitens do Anexo da IN</u>, que disciplina questões específicas acerca de requisitos e obrigações quanto à segurança da informação e privacidade.</p>	<p>Em atendimento à recomendação registrada nos itens 123 e 124, a equipe de planejamento registra que as especificações técnicas e requisitos da contratação foram realizados nos moldes do art. 16 da Instrução Normativa nº 94/2022 e previstos no item 4 do TR (SEI 20590827), bem como os requisitos de segurança da informação e privacidade constante no item 7 do anexo da IN e registrados no subitem 4.19 do TR (SEI 20590827).</p>
<p>126. Desse modo, deve a Administração certificar ter observado as regras nela previstas para o planejamento da contratação, em especial em seu item 10.7.1 do mesmo anexo, ao anotar que " O dimensionamento do volume dos serviços consiste na identificação do quantitativo de profissionais por tipo de perfil que deverá ser utilizado como referência para estimativa do preço de referência da contratação", incluindo informações a respeito do mapa de pesquisa salarial e do fator-K Único.</p>	<p>Em atenção à recomendação registrada nos itens 125 e 126, que trata do mapa de pesquisa salarial e da utilização do fator K único, a equipe de planejamento informa que os serviços prestados estão relacionados aos serviços de suporte mensal proativo e serviço de consultoria especializada para migrações e integrações - sob demanda. Por tal motivo, a equipe entende não ser aplicável a pesquisa de preço nos moldes prescritos pela Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023.</p>

<p>127. Se for o caso de serviço de outsourcing, a Portaria SGD/MGI nº 370, de 2023, por sua vez, no item 6 do Anexo, trata das recomendações para o dimensionamento da quantidade de páginas impressas e equipamentos, em contratações de outsourcing de impressão, devendo a área técnica considerar, durante o planejamento da contratação, dentre outros elementos, o consumo mensal ou anual de impressões e cópias por ambiente/departamento, com base no histórico desse volume mensal ou anual conhecido, ou utilizando outras estratégias, como coleta mensal dos contadores dos equipamentos, levantamento de aquisições de insumos ou levantamento estimado do consumo de papel por equipamento. Desse modo, deve a Administração certificar ter observado estas regras.</p>	<p>A equipe de planejamento entende que a recomendação 127 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviço de outsourcing.</p>
<p>128. Se for a hipótese de serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, a Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, por seu turno, trouxe diversas maneiras de dimensionar os vários aspectos desta contratação, no seu Anexo I, por isso, deve a Administração certificar ter observado essas regras, vejamos:</p> <ul style="list-style-type: none">• item 5.2.3 - no caso de pontos de função, deve se pautar em bases históricas mantidas pelo órgão, dentre outros elementos;• Item 5.3.3 - no caso de sprints, devem ser utilizados dados recentes relativos à quantidade de projetos dessa natureza já executados pelo órgão, dentre outros elementos;• Item 5.4.3 - no caso de profissionais por tipo de perfil, deve considerar o histórico de quantitativo de pessoal dos contratos atual e anteriores e/ou o quantitativo de servidores que atuam nos serviços de desenvolvimento e sustentação de software, dentre outros elementos;• Item 5.5.3 - no caso de software sustentados, deve levar em consideração o portfólio de softwares corporativos em produção, a previsão de desativação de softwares e a estimativa de novos softwares a serem sustentados nos 60 meses após a contratação.	<p>A equipe de planejamento entende que a recomendação 128 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software.</p>
<p>129. Se for o caso de serviço de gestão de estações de trabalho, a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 2023, por sua vez, trouxe diversas maneiras de dimensionar os vários aspectos desta contratação, no seu Anexo I, por isso, deve a Administração certificar ter observado essas regras:</p> <p>a) Quantidade de servidores/funcionários ativos no órgão;</p> <p>b) Expectativa de crescimento com novas contratações de servidores/empregados, estagiários e terceirizados;</p> <p>c) Quantidade de equipamentos a serem substituídos considerando o fim da vida útil e a</p>	<p>A equipe de planejamento entende que a recomendação 129 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviço de gestão de estações de trabalho.</p>

<p>estratégia de infraestrutura computacional adotada pelo órgão;</p> <p>d) Necessidade de ampliação do parque tecnológico; e</p> <p>e) Redução da quantidade a ser adquirida em função da adoção de políticas de teletrabalho.</p>	
<p>132. Diante disso, como condição preliminar à realização da licitação, cabe à Administração atestar nos autos, à luz dos dispositivos acima citados, a viabilidade jurídica de terceirização das atividades a serem licitadas e contratadas. Também é necessário que a Administração registre no processo que as atividades listadas no Termo de Referência estão contempladas na Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, editada pelo então Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual elenca as atividades que devem ser preferencialmente terceirizadas.</p> <p>134. Em sendo assim, compete à Administração demonstrar que a contratação pretendida se encontra em consonância com as regras acima expostas.</p>	<p>Em atendimento à recomendação do item 132 e 134, a equipe de planejamento registra que os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal da ANTT, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, compreendendo serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação, conforme estabelecido pelo inciso XXIII, art. 1º, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, os quais são preferencialmente objeto de execução indireta, sendo essenciais para o atendimento das necessidades negociais da ANTT, conforme previsto no item 1.5 do TR (SEI 20590827).</p>
<p>135. Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado em licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:</p> <p style="padding-left: 40px;">É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.</p> <p>136. No caso de serviços, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 47, II, § 1º, Lei nº 14.133, de 2021):</p> <p style="padding-left: 40px;">I - a responsabilidade técnica; II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens; III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.</p> <p>137. No caso de compras, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 40, V, alínea “b”, § 2º, Lei nº 14.133, de 2021):</p> <p style="padding-left: 40px;">I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.</p>	<p>Em atendimento aos itens 135 a 144, a equipe de planejamento registra, que os itens desta contratação foram agrupados por formarem uma solução única, a qual deverá ser entregue e instalada em conjunto e gerenciada em um único contrato, pois possuem natureza e objetivo final similar, dependência entre si, detalhes técnicos particulares em sua integração e necessidade de total compatibilidade para seu perfeito funcionamento, conforme item 3.11. do TR (SEI 20590827).</p> <p>Ademais, o critério pelo não parcelamento do objeto considerou as características técnicas, administrativas, operacionais e de segurança, bem como os riscos e níveis de serviços envolvidos. A garantia de padronização e integração entre os diversos tipos de atividades, projetos, procedimentos e padrões necessários ao ambiente de TI da Agência também contribuíram para o não parcelamento do objeto, registrado no item 3.11.2 do TR (SEI 20590827).</p> <p>Dessa forma o agrupamento de itens irá garantir a qualidade técnica da solução não prejudicando a competitividade do certame.</p>

138. Ademais, o parcelamento não será adotado quando (art. 40, V, alínea "b", § 3º, Lei nº 14.133, de 2021):

- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

139. Convém registrar que eventual agrupamento de itens não pode se fundar na invocação geral de que há necessidade de integração entre os bens a serem adquiridos, devendo a justificativa avançar para aspectos técnicos e fáticos que confirmem tal posição. Sobre esse ponto, vale destacar o entendimento do TCU sobre a justificativa administrativa para o agrupamento de itens, conforme Acórdão TCU nº 1972/2018-Plenário.

140. Sobre o tema, observe-se que, segundo o art. 12, § 2º, I, e § 3º, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, a Equipe de Planejamento da Contratação avaliará a viabilidade de (...) *"realizar o parcelamento da solução de TIC a ser contratada, em tantos itens quanto se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 40 e § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, justificando-se a decisão de parcelamento ou não da solução"*, bem como a *"necessidade de licitações e contratações separadas para os itens que, devido a sua natureza, possam ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem tecnicamente viável e economicamente vantajoso, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, conforme disposto no § 2º do art. 40, e inciso II do art. 47, da Lei nº 14.133, de 2021"*.

141. Corroborando a necessidade do parcelamento do objeto, não é demais rememorar que o art. 3º, I, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, veda expressamente a contratação de "mais de uma solução de TIC em um único contrato, devendo o órgão ou entidade observar o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 12".

142. Observe-se, por oportuno, que o mérito da justificativa sobre este tópico é questão que foge à análise jurídica desta Procuradoria, pois apenas a Administração Pública, usuária dos serviços em questão, é quem poderá aferir e justificar, diante da análise de mercado, a possibilidade, ou não, do parcelamento da contratação. Trata-se, assim, de matéria de caráter administrativo, estranha às atribuições desta unidade de consultoria, estando as declarações lançadas aos autos, quanto ao assunto, sob exclusiva responsabilidade de seus subscritores.

143. Relembre-se, ainda, que a inserção, em mesmo lote, de itens usualmente produzidos por empresas de ramos distintos restringe o caráter competitivo da licitação (cf. Informativo de Licitações e Contratos nº 148/2013 - TCU).

144. Se a dimensão do objeto envolver diferentes localidades, com risco de restringir a competitividade, é preciso que haja justificativa para a concentração do mesmo, quando é (se for) perfeitamente possível o parcelamento da contratação. Não se pretende afirmar, com isso,

<p>que seja preciso uma contratação para cada localidade, mas sim que haja uma melhor definição do objeto contratual, levando em conta a possibilidade de restringir a competitividade, uma vez que deve ser considerada a capacidade das empresas no mercado de prestar o serviço da magnitude pretendida pela Administração.</p>	
<p>145. Em relação aos critérios e práticas de sustentabilidade (art. 5º, art. 11, IV, art. 18, §1º, XII, e §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, art. 7º, XI da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e art. 16, I, "g" da IN SGD/ME nº 94, de 2022), deverão ser tomados os cuidados gerais a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> definir os critérios e práticas objetivamente no instrumento convocatório como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial; justificar a exigência nos autos; verificar se os critérios e práticas preservam o caráter competitivo do certame; e verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável. 	<p>Em atendimento à recomendação constante no item 145, a equipe de planejamento informa que os critérios e práticas de sustentabilidade estão descritos objetivamente no item 4.11. do TR (SEI 20590827) e estão alinhados ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e ao Plano de Ação de Compras e Contratações Sustentáveis constante no Plano de Logística Sustentável da ANTT, aprovado pela Portaria DG nº 422, de 26 de julho de 2022, tudo isso em consonância ao que prevê a Instrução Normativa nº 10/2012.</p> <p>Ademais, tais critérios e práticas preservam o caráter competitivo do certame, pois mostram-se aderentes à natureza técnica do objeto e passíveis de cumprimento por todos os licitantes interessados.</p> <p>No tocante aos demais normativos pertinentes à temática da sustentabilidade, vale registrar que o Estudo Técnico Preliminar exige, dentre outros, que a execução do objeto assegure a sustentabilidade dos serviços da ANTT que envolvam a infraestrutura de redes, conforme exigência do art. 18, §1º, XII e §2º da NLLC e em conformidade com o art. 16, I, "g" da IN SGD/ME nº 94, de 2022.</p>
<p>150. Se a Administração entender que os serviços ou bens a serem adquiridos não se sujeitam a critérios de sustentabilidade ou que as especificações restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.</p>	<p>Em relação à recomendação 150, a equipe de planejamento esclarece que os critérios de sustentabilidade estão previstos no subitem 4.11. do TR (SEI 20590827).</p>
<p>151. Quanto ao orçamento, é dever da Administração, na contratação de serviços, elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 6º, XXIII, "i", art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei nº 14.133, de 2021). No caso das contratações de soluções de TIC, o disposto no art. 20 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, que, expressamente, determina seja a pesquisa de mercado realizada com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que disciplina o tema e deve ser observada.</p> <p>152. Esta necessidade de todos os custos unitários da contratação estarem discriminados na planilha foi exigido pelo TCU, no Acórdão nº 2341/2020.</p> <p>153. Caso o objeto da contratação contemple serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC, destaca-se, ainda, que a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023, trouxe regras próprias para a realização da pesquisa de preços, a fim de atender o seu modelo proposto de contratação de serviço de operação de infraestrutura de TIC, vejamos:</p> <p>10.8. Estimativa do Valor Mensal da Contratação</p> <p>10.8.1.O modelo proposto utiliza como base para estimativa de preços: a) O quantitativo e o perfil de pessoal de cada Categoria de Serviço;</p> <p>b) O Mapa de Pesquisa Salarial de referência; e</p>	<p>A equipe de planejamento reitera, em relação à recomendação dos itens 151 a 157, que foram observadas as orientações da IN SEGES/ME nº 65/2021 para a realização da pesquisa de preços, com observância aos parâmetros estabelecidos e critérios de análise. Foram realizadas consultas de contratações similares feitas pela Administração Pública, prevista no inciso II do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme registrado no Mapa Comparativo de Preços (SEI 20497557). A equipe de planejamento ressalta que foi realizada a pesquisa de preços das licitações e contratações similares feitas pela Administração Pública e a pesquisa com fornecedores.</p> <p>Acerca do mapa de pesquisa salarial e da utilização do fator K único, a equipe de planejamento informa que os serviços a serem prestados estão relacionados ao fornecimento de subscrições de Software Livre incluindo atualização de versões e serviços em plataforma de software livre incluindo seus componentes, e apoio técnico especializado para as plataformas de software livre da ANTT, não sendo, portanto, o objetivo da contratação a alocação de recursos, mas tão somente garantir que as demandas específicas das ferramentas contratadas sejam executadas de forma a manter o ambiente operacional. O objeto principal da contratação são as subscrições, conforme demonstrado no item 2.1 do TR (SEI 20590827)</p> <p>Nesse sentido, a equipe de planejamento informa que foram utilizados os regramentos vigentes e específicos quanto à contratação em questão, a exemplo da Instrução Normativa n. 94/2021 e Instrução Normativa n. 65/2023</p>

c) A Planilha simplificada para estimativa do valor mensal do serviço, sumarizada num Fator-K máximo (único para todas as categorias), padronizado pela SGD e também outros itens de custos envolvidos não atrelados aos Perfis, como software, licenças e outros. ...

11. DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇO

11.1.A planilha salarial de referência publicada periodicamente pela SGD visa estabelecer uma fonte confiável e robusta para precificação do insumo de maior relevância na prestação dos serviços de operação de infraestrutura e atendimento aos usuários de TIC, qual seja, os balizadores de custos de utilização dos perfis profissionais.

11.2. Desse modo, a elaboração da pesquisa salarial publicada pela SGD cumpre todos os requisitos constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, com o intuito de desonerar os órgãos e entidades da administração pública da realização de procedimento adicional para composição do preço de referência relacionado à alocação de perfis profissionais.

154. Caso o objeto da contratação contemple serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, destaca-se, ainda, que a Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, trouxe regras próprias para a realização da pesquisa de preços para o serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, vejamos:

Art. 6º. A definição do valor de referência, do valor máximo da contratação e do patamar mínimo de presunção relativa de inexecutabilidade deverá utilizar como base a pesquisa salarial de preços, bem como os limites para utilização do fator-k, previstos no Anexo II desta Portaria.

§ 1º. Os valores constantes no Anexo II cumprem o disposto na Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, para fins de pesquisa de preços das contratações que utilizarem os perfis profissionais e insumos do referido Anexo.

§ 2º. Os órgãos e entidades poderão utilizar valores, perfis profissionais ou insumos diferentes daqueles previstos no Anexo II, seguindo as orientações previstas no Anexo I, devendo, neste caso, realizar pesquisa de preços nos termos da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, para aqueles perfis ou insumos diferentes daqueles constantes no Anexo II.

§ 3º. O Anexo II será atualizado periodicamente pela Secretaria de

Governo Digital.

Art. 7º. A Secretaria de Governo Digital disponibilizará planilhas e material complementar para subsidiar os cálculos das quantidades e valores de recursos.

155. Desse modo, deverá a planilha ser preenchida pela Administração com a indicação de todos os custos unitários dos itens referentes ao objeto, ou justificada sua dispensa.

156. Atenta-se que somente se admite a dispensa de seu preenchimento nas contratações em que, pela própria natureza do objeto, torne-se desnecessário ou inviável o detalhamento dos custos para fins de aferição de exequibilidade (subitem 2.9, b.1, do anexo V da IN SEGES/MP nº 05, de 2017).

157. Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar os custos unitários da contratação não será examinada por este órgão jurídico, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade.

158. Há que se ressaltar, contudo, que a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021. Em especial, deverão ser cumpridas as orientações abaixo:

- a pesquisa de preços deve contemplar bens cujas especificações guardam identidade com as daqueles efetivamente desejados, evitando a comparação entre bens que não sejam equivalentes;
- a pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo: identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; caracterização das fontes consultadas; série de preços coletados; método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, se aplicável; memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte, justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta (art. 3º);
- na pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros, empregados de forma combinada ou não (art. 5º);
- quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, deverá ser observado o prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado e obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo: descrição do objeto, valor unitário e total; número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; endereço físico e eletrônico e telefone de contato; data de emissão e nome completo e identificação do responsável, bem como registro nos autos da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação (art. 5º, § 2º);
- os preços pesquisados devem ser examinados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados, por meio de manifestação técnica fundamentada, cumprindo à Administração o discernimento sobre os efetivamente aptos a comporem a planilha de preços, podendo até serem excluídos aqueles demasiadamente discrepantes dos demais (art. 6º, §§ 3º e 4º);

A equipe de planejamento reitera, em relação à recomendação dos itens 158, 159, 160 e 161, que foram observadas as orientações da IN SEGES/ME nº 65/2021 para a realização da pesquisa de preços, com observância aos parâmetros estabelecidos e critérios de análise. Foram realizadas consultas de contratações similares feitas pela Administração Pública, prevista no inciso II do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, bem como a pesquisa com fornecedores e pesquisa salarial nos moldes da Portaria nº 1.070/2023, conforme registrado no Mapa Comparativo de Preços (SEI 20300627).

Para a pesquisa de preço foram utilizadas especificações que guardam identidade com as daqueles efetivamente desejados, bem como foram descritas a metodologia, as fontes de consulta, os parâmetros de pesquisa, as especificações da contratação e as condições comerciais, conforme registrado nos itens 11 do ETP (SEI), no Mapa Comparativo de Preços (SEI 20300627) e na Nota Técnica nº 6643/2023/GETIC/SUTEC/DIR/ANTT (SEI 19190828).

Para a obtenção do preço estimado, a equipe esclarece que foi empregada a metodologia do menor valor obtido na pesquisa de preços, utilizando os parâmetros de contratações similares feitas pela Administração Pública e da pesquisa com fornecedores. Essa metodologia é mais vantajosa à Administração Pública por se tratar de serviços comuns, conforme consta no item 1.2 do TR (SEI 20590827).

Todos os valores obtidos nos parâmetros utilizados na pesquisa de preço foram cotejados entre si e analisados criticamente a fim de alcançar o valor referencial dos itens a serem contratados, conforme é demonstrado e registrado no item 11 do ETP (SEI 20592447) e na Nota Técnica SEI Nº 6633/2023/GETIC/SUTEC/DIR/ANT (19190828).

- entre as fontes da pesquisa de preços, devem ser priorizadas a “composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente” e as “contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente”, em detrimento da “pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo” (desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso), de “pesquisa direta” com fornecedores (desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital) e de “pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas (desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital), cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar, conforme art. 5º, § 1º;
- na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto (art. 4º);
- somente em casos excepcionais, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente (art. 6º, § 5º);
- justificar a metodologia empregada para a estimativa dos custos da contratação (art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º); e
- o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço (art. 6º, §2).

159. Adicionalmente, deve a pesquisa de preços refletir o valor praticado na praça em que será prestado o serviço ou fornecido o produto, refletindo, tanto quanto possível, o valor de mercado da localidade onde será realizada a contratação.

160. Todas estas informações devem constar de despacho expedido pelo servidor responsável pela realização da pesquisa, no qual, além de expor o atendimento das exigências acima, irá realizar uma análise fundamentada dos valores ofertados pelas empresas, inclusive cotejando-os com os valores obtidos junto às outras fontes de consulta. É através desta análise fundamentada, que a Administração irá estabelecer o valor estimado da contratação.

161. Considerando que se trata de matéria estritamente técnica, inerente à competência da Administração, cabe à Procuradoria orientar a respeito do tema, sem necessariamente fazer juízo de valor a respeito do resultado da pesquisa.

162. Deve ainda a Administração declarar expressamente se a pretendida contratação envolve itens constantes nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, caso em que deverá certificar, expressamente, a utilização, como preços estimados, o Preço Máximo de Compra de Item de TIC (PMC-TIC), salvo se a pesquisa de preços realizada nos termos deste artigo resultar em valor inferior ao PMC-TIC, tal como definido no art. 20, § 3º, c/c o art. 2º, XXVI e XXVII, ambos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, bem como no art. 8º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021.

163. Ainda acerca do PMC-TIC, assim disciplina o art. 40 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, que deve ser observado pela Administração:

A equipe de planejamento registra, em atendimento às recomendações 162 e 163, que os serviços, objeto desta contratação, **estão contemplados** pelo Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas ([Catálogos de Soluções de TIC — Governo Digital \(www.gov.br\)](#)), publicado pelo Órgão Central do SISF, previsto na [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022](#). A equipe informa ainda que foram utilizados os preços do catálogo de serviços, conforme demonstrado na tabela do item 11.7 do ETP (20592447) e em consonância com o art. 20 § 3º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/22.

Art. 40. O Órgão Central do SISP manterá base atualizada dos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas no sítio eletrônico oficial do Governo Digital, contendo o PMC-TIC.

§ 1º Será utilizado, como valor máximo da contratação, o PMC-TIC contido na base de que trata o caput deste artigo, consultado pelos órgãos e entidades do SISP, na fase de Planejamento da Contratação, antes do encaminhamento do processo à área jurídica, e no momento que antecede a prorrogação contratual, conforme disposto no art. 36 desta Instrução Normativa.

§ 2º A consulta de que trata o parágrafo anterior deste artigo deverá ser renovada caso decorra mais de 90 (noventa) dias de sua realização, sem que tenha havido a aceitação do lance vencedor ou a prorrogação contratual, conforme o caso.

§ 3º Para a elaboração dos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, o Órgão Central do SISP poderá celebrar acordos corporativos com fabricantes de soluções de TIC, inclusive quanto ao estabelecimento de preços máximos de compra, tendo tais instrumentos força vinculativa de observância obrigatória pelos órgãos e entidades do SISP, após a publicação dos respectivos Catálogos, conforme disposto nesta Instrução Normativa.

§ 4º Na ausência de acordo corporativo com o fabricante da solução de TIC, o Órgão Central do SISP poderá elaborar os Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas de forma unilateral, a partir de dados oriundos de contratações feitas no âmbito do SISP, pesquisas de mercado, além de outros elementos.

164. Se, por alguma razão, for tecnicamente inviável a adoção dos parâmetros preferenciais (Painel de Preços banco de preços em saúde e pesquisa em contratações públicas similares), deverá ser trazida aos autos justificativa para o não atendimento da orientação.

Atendendo à recomendação do item 164, a equipe de planejamento registra que para a pesquisa de preços foram realizadas pesquisas ao Painel de Preços, Comprasnet e junto à Administração Pública, com base no que prescreve a IN SEGES/ME nº 65/2021, conforme registrado no item 11 do ETP (SEI 20592447), de modo que se mostrou viável a utilização dos parâmetros preferências para a pesquisa de preços dessa contratação.

165. Se forem feitas adequações no orçamento da licitação, deverão ser realizadas as adaptações correspondentes no valor estimado da licitação em todas as minutas trazidas aos autos, devendo ser feita análise específica sobre a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas equiparadas.

A equipe de planejamento, em atenção à recomendação do 165, registra que o orçamento estimado da contratação, obtido na fase de planejamento, é de R\$ 2.442.498,38 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) para o período de 36 (trinta e seis) meses, conforme custos apostos na tabela descrita no subitem 1.1. do TR (SEI 20590827). Esse valor poderá sofrer alterações na fase externa da licitação, com a seleção da proposta de menor preço.

No tocante à análise específica sobre a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas equiparadas, extrapola a sua competência, por estar relacionada à questões relativas ao edital e à seleção de fornecedores, assim como eventuais alterações de

	orçamento após o encerramento da fase de planejamento. Nesse sentido, sugere que o assunto seja abordado no âmbito da SUDEG/COLIC.
166. Caso o objeto da <u>contratação contemple serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de TIC</u> , devem, ainda, ser observadas as regras impostas pela Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023.	<p>Em atenção à recomendação registrada no item 166, que trata da Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 2023, a equipe de planejamento informa que foram utilizados os regramentos vigentes e específicos quanto à contratação em questão, a saber: a Instrução Normativa n. 94/2021 e a Instrução Normativa n. 65/2023.</p> <p>A equipe de planejamento informa, ainda, que os serviços prestados estão relacionados ao suporte e garantia dos equipamentos, não sendo, portanto, o objetivo da contratação a alocação de recursos, mas tão somente garantir que as demandas específicas das ferramentas contratadas sejam executadas de forma a manter o ambiente operacional. Sendo assim, os regramentos dos normativos acima são hábeis à fundamentação da contratação.</p>
167. Se o objeto da contratação contemplar serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, devem, ainda, ser observadas as regras impostas pela Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023.	A equipe de planejamento entende que a recomendação 167 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software.
169. O Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, prevê tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.	A equipe de planejamento, em atenção à recomendação 169, registra que o tratamento diferenciado a ser despendido às microempresas e às empresas de pequeno porte está tratado no subitem 9.3 do TR (SEI 20590827).
<p>171. Adicionalmente, vale lembrar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 47/2014, é obrigatória a participação exclusiva de ME e EPP na licitação quando os itens ou lotes/grupos tiverem valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00.</p> <p>172. Ademais, o art. 8º do Decreto nº 8.538 prevê que, para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.</p> <p>173. Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015; • de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015. <p>174. Registre-se que os tratamentos diferenciados previstos no presente tópico também se aplicam às cooperativas com receita bruta equivalente à das empresas de pequeno porte, por força do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.</p>	<p>A equipe de planejamento, em atenção à recomendação dos itens 171 a 174, registra que a previsão de participação exclusiva de ME e EPP não se aplica à essa contratação, uma vez que lote extrapola o valor de R\$ 80.000,00, conforme registrado no subitem 13.1 do ETP (SEI 20592447) e no subitem 1.1 do TR (SEI 20590827)</p>
177. Neste sentido, deve haver nos autos manifestação da Administração acerca da aplicação das regras da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (arts. 44 e 45), bem assim/ou do Decreto nº 7.174, de 2010 (art. 8º).	A equipe de planejamento, em atenção à recomendação dos itens 177, registra que o tema acerca da margem de preferência a microempresas e empresas de pequeno porte está tratado no subitem 9.3 do TR (SEI 20590827).

<p>180. No caso de aquisição de bens, cabe ao gestor avaliar o desempenho deles conforme o disposto nos art. 19, I, art. 30, art. 33, II, "j" e item 8 do Anexo I, todos da IN nº 94, de 2022.</p>	<p>Quanto ao item 180 a equipe de planejamento informa:</p> <p>art. 19, I fixação dos critérios de aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis mínimos de serviços com os valores aceitáveis para os principais elementos que compõe a solução de TIC;</p> <p>Obs: Consta no subitem 8.10 e 8.11 do TR (SEI 20590827).</p> <p>art. 30. A fase de Gestão do Contrato visa a acompanhar e a garantir a adequada prestação dos serviços e o fornecimento dos bens que compõem a solução de TIC durante todo o período de execução do contrato.</p> <p>Obs: Consta no item 7 do TR (SEI 20590827).</p> <p>art. 33, II, "j" avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Requisitante do Contrato;</p> <p>Obs: Consta no subitem 7.7 e 7.8 do TR (SEI 20590827).</p>
<p>181. Tratando-se de serviços de TIC, o modelo de contratação pela Administração Pública tem como diretriz a mensuração e pagamento dos serviços por resultado, o que, nas palavras de Augusto Sherman Cavalcanti, significa:</p> <p style="padding-left: 40px;">A contratação de serviços por resultado compreende o tipo de contratação em que o pagamento da contratada será feito com base na mensuração dos serviços e dos resultados alcançados e verificados.</p> <p>Evita-se, o mais possível, a utilização de metodologia de pagamento por horas-trabalhadas ou por posto de serviço (horas de disponibilidade do pessoal).</p> <p>Existem basicamente duas formas de se formalizar um contrato com tal previsão de pagamento por resultados:</p> <p>a) mediante o estabelecimento de uma métrica;</p> <p>b) mediante a fixação de um Acordo de Nível de Serviço. (CAVALCANTI, Augusto Sherman. O Novo Modelo de Contratação de Soluções de TI pela Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 145)</p>	<p>Em atendimento à recomendação 181, a equipe de planejamento esclarece que a mensuração e pagamento dos serviços estão descritos no item 8 - "Critérios de medição e pagamento" do TR (SEI 20590827), no qual, estão previstos os critérios a serem utilizados relativos ao nível mínimo de serviço para aferição e avaliação dos serviços prestados e que impactarão no pagamento ao fornecedor.</p>
<p>187. Deste modo, recomenda-se que o setor responsável se manifeste de forma específica e fundamentada sobre os critérios a serem adotados para a aferição e mensuração de todos os serviços previstos no planejamento da contratação, à luz das normas e decisões acima referidas, especialmente do modelo proposto pela SGD/MGI, por meio da Portaria nº 1.070, de 2023.</p>	<p>A equipe de planejamento esclarece, quanto à recomendação ao item 187, que o item 8 - "Critérios de medição e pagamento" do TR (SEI 20590827), estabelece os critérios para aferição e avaliação dos serviços prestados utilizando indicadores de níveis de serviço.</p>
<p>188. Dispondo mais especificamente sobre mensuração em contratos de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, a Portaria SGD/MGI nº 750, de 2023, traz recomendações técnicas a serem observadas no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, a qual, identicamente, deve ser integralmente observada pela Administração.</p>	<p>A equipe de planejamento entende que a recomendação 188 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software.</p>

190. Dispondo mais especificamente sobre mensuração em contratos de serviços de gestão de estações de trabalho, a Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 2023, traz uma lista exemplificativa desses indicadores, nos itens 10.2.6 e 10.2.7, ambos do Anexo I, a qual deve ser observada pela Administração.	A equipe de planejamento entende que a recomendação 190 não se aplica à contratação em questão, por não se tratar de contratação de serviços de gestão de estações de trabalho.
201. Assim sendo, recomenda-se que sempre sejam trazidas ao processo as justificativas para o regime de execução escolhido para a contratação.	Por fim, em atenção a recomendação do item 201, que trata do regime de execução escolhido para a contratação da forma de execução do objeto por empreitada por preço global, a equipe de planejamento registra, considerando a natureza dos serviços a serem contratados, que o objeto da contratação está bem definido com as quantidades de subscrições e serviços a serem executados, nos moldes dos apêndices do TR (SEI 18756650). Reitera, ainda, as justificativas apresentadas no item 14 do ETP (SEI 20592447) e no subitem 3 do TR (SEI 20590827) e tendo em vista as características do objeto, a definição pela empreitada por preço global mostra-se a mais adequada para a contratação.

Atendidas as recomendações, restituímos o processo para prosseguimento, após as justificativas apresentadas, nos termos das orientações e recomendações inseridas no Parecer Referencial n. 004/2023/PF-ANTT/PGF/AGU (SEI 20559171). Diante disso foram inseridas as novas versões dos seguintes documentos:

- a) Estudo Técnico Preliminar (SEI 20592237);
- b) Estudo Técnico Preliminar Digital (SEI 20592447);
- c) Termo de Referência (SEI 20589090);
- d) Termo de Referência Digital (SEI 20590827) e
- e) Mapa de Gerenciamento de Riscos Digital (SEI 20451903).

PAULO JOSÉ MILANEZ

Integrante Técnico
GETIC/SUTEC/ANTT

VICTOR HUGO GOUVEIA DE LUCENA LIMA

Integrante Requisitante
Gerente de Infraestrutura Tecnológica
GETIC/SUTEC/ANTT

RAMONA DE PAIVA PACHECO

Integrante Administrativo
SUDEG/ANTT

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar (SEI 20592237), o Estudo Técnico Preliminar Digital (SEI 20592447), Termo de Referência (SEI 20589090) e o Termo de Referência Digital (SEI 20590827), e declaro que estão de acordo com a [Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022](#), da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

(Assinado eletronicamente)

KLAYMER ALVES DE AMORIM PAZ

Superintendente de Tecnologia da Informação
Autoridade Máxima da Área de TIC



Documento assinado eletronicamente por **RAMONA PAIVA PACHECO**, Integrante Administrativo, em 01/12/2023, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR HUGO GOUVEIA DE LUCENA LIMA**, Integrante Requisitante, em 01/12/2023, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO JOSÉ MILANEZ, Integrante Técnico**, em 01/12/2023, às 17:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **KLAYMER ALVES DE AMORIM PAZ, Superintendente**, em 07/12/2023, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20589413** e o código CRC **45C4D03D**.